

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA

**PRODUÇÃO RURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A SITUAÇÃO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO GRANDE, RS**

BEATRIZ BARROS AYDOS

Porto Alegre, 2015

BEATRIZ BARROS AYDOS

**PRODUÇÃO RURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A SITUAÇÃO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO GRANDE, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Dra. Teresinha Guerra

Banca examinadora:

Dr. Jan Karel Felix Mähler Jr. - FZB/RS

Biól. Denise Mello Machado - SEMA/RS

Porto Alegre, 2015

“Para a civilização que diz ser ocidental e cristã, a natureza era uma besta feroz que tinha que ser domada e castigada para que funcionasse como uma máquina, posta a nosso serviço desde sempre e para sempre. A natureza, que era eterna, nos devia escravidão. Muito recentemente, inteiramo-nos de que a natureza se cansa, como nós, seus filhos, e sabemos que, tal como nós, pode morrer assassinada. Já não se fala de submeter a natureza. Agora, até os seus verdugos dizem que é necessário protegê-la. Mas, num ou noutro caso, natureza submetida e natureza protegida, ela está fora de nós. A civilização, que confunde os relógios com o tempo, o crescimento com o desenvolvimento, e o grandalhão com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem, enquanto o mundo, labirinto sem centro, dedica-se a romper seu próprio céu.”

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, aos protagonistas desse trabalho: todos os entrevistados, pelo mate e o conhecimento compartilhados. Em especial, às mulheres, que me permitiram voltar para casa com a cabeça cheia de histórias, a sacola cheia de orgânicos e a mente cheia de inquietações. Que a busca por uma alimentação mais saudável e a defesa da agricultura familiar transcenda cada vez mais os limites. Esse trabalho, mais do que PARA vocês, é DE vocês.

À minha mãe, que me instigou a querer mudar o mundo, por toda a força que (acho que ela nem sabe) me inspira e por me dar todas as oportunidades de voar.

A toda a minha família, por tolerar minhas ecochatices e me dar um porto seguro, sempre. Mas principalmente, ao vô, grande incentivador, que, após cada saída de campo da graduação, perguntava “e aí, qual o bicho que tu foste pegar dessa vez?” ou então “sabe que eu acho muito bonito teu trabalho, eu queria saber o nome de tudo quanto é planta”. Vô, eu não sei o nome de quase nenhuma planta, mas, tô quase bióloga.

Aos meus colegas biólogos, pelos anos mais incríveis da minha vida e também por serem, muitos, exemplos de seres humanos e companheiros de lutas. A todos aqueles companheiros não-biólogos também.

Aos meus ajudantes de campo: Paula, Raquel, Pedro, Carol, Fabíola, Marcelo (e pela ajuda com os questionários) e Érico (também pela parceria na vida).

Aos colegas do PET-Bio, do Projeto de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Gravataí e, mais recentemente, do Curicaca, por tanto aprendizado.

À minha orientadora, por dar espaço para as minhas ideias e, ademais, aos professores Renato Silvano, Demétrio Guadagnin e Andreas Kindel, por contribuírem, cada um à sua maneira.

Ao Jan e à Denise, que toparam ser minha banca e ao André Osório, à Cecília Nin e ao Marthin Zang por todos os materiais e informações disponibilizados.

Aos motoristas da UFRGS que me carregaram pra cima e pra baixo perdida (como sempre) pela zona rural.

Por fim, a todos que em algum momento ouviram meus lamentos (“não vou conseguir”) e questionamentos existenciais sobre a utilidade desse (e tantos outros trabalhos) pra humanidade e me incentivaram a terminar.

RESUMO

A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável localizada na região metropolitana de Porto Alegre. Tem como principal objetivo a proteção do complexo de banhados (áreas úmidas) do Banhado Grande. A implantação de Unidades de Conservação é uma estratégia para proteção da natureza, mas muitas vezes não garante sua efetiva preservação, que depende diretamente das ações e comportamentos das comunidades que habitam no interior ou entorno desses espaços. Por isso, o objetivo desse trabalho foi identificar o conhecimento e relação dos produtores rurais com a APA do Banhado Grande através da realização de entrevistas. Foram entrevistadas 49 famílias de quatro comunidades. Desses, 83,7% sabem o que são Áreas Protegidas e 73,5% dos entrevistados já ouviram falar da APA do Banhado Grande. A conservação da fauna foi mencionada por 44,9% dos entrevistados como principal motivo para a importância das áreas protegidas. Além disso, 26,5% dos entrevistados reconhecem a existência de desvantagens das Unidades de Conservação, principalmente a diminuição da área produtiva e a ocorrência de animais que comem as plantações. Os principais problemas apontados pelos entrevistados quanto à APA do Banhado Grande foram a falta de informações sobre a UC, o uso de agrotóxicos, a caça e a pesca e queimadas eventuais.

Palavras-chave: Percepção ambiental, áreas protegidas, bacia hidrográfica do Gravataí

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da bacia hidrográfica do Gravataí e as duas UCs mais importantes	16
Figura 2: Localidades das entrevistas	19
Figura 3: Divisão dos entrevistados conforme localidade	24
Figura 4: Profissão principal dos entrevistados	24
Figura 5: Tamanho da terra das famílias entrevistadas	25
Figura 6: Resposta à pergunta: "O que fazem os órgãos quando visitam a comunidade?"	29
Figura 7: Principais mudanças verificadas desde a criação da APA em 1998	34
Figura 8: Benefícios que o REVIS traz à comunidade	39
Figura 9: Como a comunidade ajuda a cuidar do REVIS	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Coordenadas geográficas das localidades estudadas	20
Tabela 2: Número de habitantes e de entrevistados em cada comunidade.....	22
Tabela 3: Apresentação dos resultados por comunidade	26
Tabela 4: Respostas associadas à pergunta "Qual a importância de proteger a natureza?"	27
Tabela 5: Apresentação dos resultados por comunidade	28
Tabela 6: Resultados da pergunta: "Existe alguma entidade ambiental que visite a comunidade frequentemente?"	29
Tabela 7: Usos permitidos e proibidos segundo as comunidades	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 Unidades de Conservação no Brasil	12
1.2 A Bacia Hidrográfica do Gravataí	15
1.3 Percepção e representação ambiental	16
2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	18
2.1. Área de estudo	18
2.2 Escolha do grupo	20
2.3 Metodologia	20
2.4 Análise de dados	22
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
3.1 Caracterização dos entrevistados	24
3.2 Percepção e conhecimentos sobre áreas protegidas	25
3.3. Caracterização da relação com as Unidades de Conservação	29
3.3.1. APA do Banhado Grande	30
3.3.2. Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos	38
3.4. Discussão	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	56
1. Termo de Consentimento	56
2. Questionário APA	57
3. Questionário Assentamento	59

INTRODUÇÃO



As Áreas Protegidas são, por definição,

Áreas com limites geográficos definidos e reconhecidos, cujo intuito, manejo e gestão buscam atingir a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados de forma duradoura, por meios legais ou outros meios efetivos (IUCN, 1994).

No caso brasileiro, incluem Unidades de Conservação (UC) e outras áreas como Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal e Corredores Ecológicos. As Unidades de Conservação são um excelente instrumento para a conservação do meio ambiente, mas sua implantação não garante a efetiva integridade ambiental (Marinelli *et al*, 2011) e também gera uma série de conflitos, a maioria deles relacionados ao poder público que as administra ou aos moradores do seu entorno. A Gestão Ambiental tem como uma de suas funções justamente a mediação desses conflitos.

Segundo dados da IUCN (1992) mencionados por Diegues (2008), 86% dos parques da América do Sul possuem populações permanentes, sendo 49% tradicionais e 51% não-tradicionais (Sammarco, 2005). Ainda segundo Diegues (2008), o critério que define comunidade tradicional é, simplesmente, “reconhecer-se como pertencente àquele grupo particular”. Populações indígenas, caiçaras, seringueiros, quilombolas e ribeirinhos, chamados por Sammarco (2005) de *cultura rústica brasileira* e, além deles, os denominados *sitiantes tradicionais*, ou seja, meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos estão entre as comunidades do interior ou do entorno de Unidades de Conservação, as denominadas “comunidades lindeiras”.

A criação de Unidades de Conservação nem sempre é um processo democrático (Sammarco, 2005) e raramente leva em conta essas populações, tanto no próprio processo de implantação, que geralmente privilegia áreas com beleza estética ou alto valor de biodiversidade ou serviços ecossistêmicos, quanto na gestão dessas áreas.

Segundo Marinelli *et al.* (2011), uma área protegida, quando é criada, não pode ser pensada como uma ilha isolada do resto da sociedade ou do resto do território, uma vez que a criação de uma UC traz efeitos não só para a dimensão ambiental e natural, mas para a

dimensão econômica, social, demográfica e cultural de uma determinada região. Portanto, deve-se pensar na efetividade dessas áreas para uma melhoria na relação da sociedade como um todo, buscando reconhecer a importância das áreas protegidas no âmbito socioambiental e em suas diferentes escalas (Cabral *et al*, 2013).

A maioria das UC é proposta pelo próprio estado, pela academia ou instituições ambientalistas (geralmente urbanas), que também tomam todas as decisões a respeito delas, inclusive em qual categoria devem ser enquadradas (Sammarco, 2005). Durante muito tempo, a escolha das áreas protegidas seguiu critérios estéticos e preservacionistas, nos quais os parques serviam, em grande parte, para lazer das populações urbanas, provocando um afastamento das comunidades lindeiras e, de acordo com Sammarco (2005), as comunidades de dentro e do entorno das UC, principalmente às de Proteção Integral, sempre foram consideradas como um problema, um conflito e não como parte da paisagem. Em grande parte das vezes, essas populações vivem isoladas em ecossistemas marginais, são analfabetas e possuem pouco poder político e, em muitos casos, não têm o título de propriedade da terra, sendo passíveis de desapropriação (Diegues, 2008).

Por outro lado, as políticas públicas para participação popular vêm aumentando a cada dia, estimulando o envolvimento de comunidades afetadas na tomada de decisões, através de audiências públicas, conselhos deliberativos e consultivos, entre outros. Há, hoje em dia, uma nova ideia de conservação proposta pela associação entre movimentos sociais que lutam por terra e acesso a recursos naturais (camponeses, ribeirinhos, pescadores, povos da floresta) e setores do ambientalismo. Nessa concepção, a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental (Diegues, 2008). De fato, parece impossível pensar em conservação do meio ambiente sem falar na melhoria da qualidade de vida das populações.

Sendo assim, as pesquisas sobre a percepção de usuários de Unidades de Conservação oferecem instrumentos que propiciam o entendimento do significado dessas áreas para a população associada e a compreensão de comportamentos. Além disso, auxiliam, tanto no processo de Educação Ambiental, um dos principais objetivos das UC, quanto na Gestão Ambiental desses espaços, uma vez que são ferramentas para a mediação de conflitos e melhoria do diálogo entre os diferentes grupos (Sammarco, 2005).

Embora a Ecologia Humana e a Etnobiologia estejam ganhando cada vez mais adeptos, ainda são poucos os estudos na área da ecologia que abordam a interação do homem com o meio ambiente e estudam populações tradicionais (Baptista, 2007). A realidade do biólogo, especialmente na área da conservação, é que inúmeras vezes nos deparamos com a

necessidade de trabalhar com populações humanas e até mediar conflitos. Nos últimos anos, alguns trabalhos foram realizados nesse sentido, desde a perspectiva de manejo e conservação das Unidades de Conservação e também na melhoria das relações entre moradores e unidades, além de proporcionarem ferramentas para a educação ambiental participativa (Silveira, 2006).

A pretensão, ainda que utópica, com esse Trabalho de Conclusão de Curso é oferecer ferramentas para contribuir com o manejo e conservação das Unidades de Conservação, a educação ambiental e a pesquisa científica bem como problematizar a questão social dentro das ciências ditas naturais, incentivando a interdisciplinaridade e valorizando o estudo das populações humanas no campo da Biologia.

A escolha da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande como localidade de estudo ocorreu partir de experiência pessoal de trabalho na região da bacia hidrográfica do Gravataí, onde se localizam duas importantes Unidades de Conservação: a APA do Banhado Grande e o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. A proteção de áreas úmidas vem sendo bastante valorizada, nacional e internacionalmente, a exemplo da Convenção de Ramsar, tratado intergovernamental para a proteção das zonas úmidas do mundo, mas são áreas que ainda geram muitos conflitos, sobretudo em questões ligadas à agricultura e urbanização (Baptista, 2007), por isso são necessários levantamentos precisos da biodiversidade e das populações humanas que vivem nesse e desse meio.

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar o conhecimento dos produtores rurais residentes sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande e sua relação com essa Unidade de Conservação, tendo como objetivos específicos:

- a) Verificar o conhecimento sobre a legislação, entre eles seus possíveis usos e restrições;
- b) Identificar a existência ou não de conflitos entre a comunidade e esse espaço;
- c) Analisar a representação dos grupos sociais sobre áreas protegidas, de modo a entender os seus comportamentos e necessidades.
- d) Mapear locais de encontros da comunidade (centros comunitários, escolas, etc) para futuros trabalhos de informação ou educação ambiental.

Este trabalho foi elaborado em três capítulos. No capítulo 1 são abordados os Referenciais Teóricos utilizados, dividido em Unidades de Conservação, a contextualização da bacia hidrográfica do Gravataí e sua problemática ambiental e alguns conceitos sobre Percepção e Representação Ambiental. No capítulo 2, denominado Trajetória Metodológica, são explicadas as áreas de amostragem, a escolha do grupo de entrevistados, a metodologia utilizada nas entrevistas e na análise dos dados. No Capítulo 3 são apontados os Resultados e Discussões, desde a caracterização do perfil dos entrevistados até a identificação de conflitos

envolvidos. Por fim, as Considerações Finais abordam conclusões e recomendações para a gestão e para futuros trabalhos de educação ambiental na região.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

“A criação de uma área protegida é uma confissão de suicídio. Uma sociedade que precisa proteger a natureza de si mesma não pode estar certa.”

José Lutzemberger

1.1 Unidades de Conservação no Brasil

Na legislação brasileira (Brasil, 2006) não há um conceito único para área protegida, sendo um termo utilizado em diferentes contextos e com significados específicos. O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) engloba áreas protegidas cujo propósito é a proteção da biodiversidade, ecossistemas e paisagem, chamadas Unidades de Conservação (UC), em conjunto com os Territórios de Ocupação Tradicional, ou seja, Terras Indígenas e Territórios Remanescentes de Quilombos. São também consideradas áreas protegidas, por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente (APPs), as Reservas Legais e os Corredores Ecológicos.

A história das Unidades de Conservação no Brasil começa com o Parque Nacional de Itatiaia (RJ), criado em 1937 (Medeiros, 2006). Muito antes disso, Estados Unidos da América e Europa já tinham as suas áreas protegidas, chamados de parques e reservas, respectivamente. O continente sul americano e a África são considerados importadores desse modelo de Unidades de Conservação: grandes áreas destinadas à preservação (Cardoso, 2007), ou seja, a *“manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferências humanas”* (Brasil, 2000). Até a década de 60, no Brasil, outros parques como Iguaçu (PR), Serra dos Órgãos (RJ) e Aparados da Serra (RS) foram criados, porém principalmente por seus atributos estéticos e sem nenhum ordenamento nacional (Cardoso, 2007). Na década de 70 começa-se um planejamento para a elaboração de um plano nacional para Unidades de Conservação. Já no final de 80 é elaborada a proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Federal nº 9.985, aprovada somente em julho de 2000, e hoje o principal instrumento para a proteção de áreas no Brasil. Nesse meio tempo, muitas UC foram criadas em diferentes categorias, o que fez com que, na época de promulgação da lei (SNUC) todas tivessem de ser incluídas na legislação. O resultado foi que o SNUC reconhecesse doze categorias de proteção (algumas delas sobrepostas em seus usos), divididas em dois grandes grupos. As unidades de conservação de Proteção Integral têm como

principal objetivo a preservação da natureza, ou seja, manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, a realização de pesquisas científicas, educação ambiental e algumas também permitem uso público. De maneira geral, são permitidos usos públicos como: recreação, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, que podem variar de acordo com a categoria de unidade de conservação. São elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (ou Estadual, ou Natural Municipal), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. As de Uso Sustentável apresentam como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais e também disciplinar o processo de ocupação dessas áreas, além de também permitirem a pesquisa e educação ambiental. São elas: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (ou Estadual, ou Municipal), Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O SNUC, considerado um “modelo sofisticado e inovador para a política nacional de conservação da natureza” (Sousa *et al.*, 2011), define Unidade de Conservação como

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

Lino (2000) salienta avanços do SNUC: obrigatoriedade de que sejam criados planos de manejo em até cinco anos da criação das UC, reconhecimento e respeito às populações tradicionais, descentralização do sistema público em relação à conservação (envolvendo estados, municípios e até particulares), participação da sociedade através da instituição dos conselhos consultivos e deliberativos. Como ponto fraco, são listadas a falta de clareza, de recursos humanos, questão orçamentária e regularização fundiária, o que faz com que muitas UC sejam criadas apenas “no papel” (Cardoso, 2007).

O esforço de conservação mundial tem avançado muito nos últimos anos. Em 1985, apenas 3,5% do território mundial estavam protegidos. Em 2009, 12,8% dos territórios estavam demarcados para proteger a natureza, incluindo os próprios seres humanos dos impactos de um crescimento urbano desordenado, expansão agrícola, poluição, desmatamento e ocupações irregulares, entre outros fatores (Gurgel *et al.*, 2009; Jenkins e Joppa, 2009).

Alguns fatores explicam esse aumento na preocupação com a proteção de áreas, entre eles a devastação das florestas, perda de biodiversidade, disponibilidade de fundos internacionais para a criação de UC e geração de renda pelo turismo em parques (Ghimire, 1993 apud Diegues, 2008). No Brasil, em 2008, já eram 15,2% do território protegido em Unidades de Conservação (20% no caso da Amazônia) (Diegues, 2008). No entanto, isso não significa que 15,2% do território brasileiro estejam de fato protegidos. Segundo dados de Sousa *et al* (2011), a maior parte das UC terrestres brasileiras são APAs (no âmbito nacional, fica apenas atrás dos parques nacionais, e no estadual, é a campeã, com 39% da área das unidades) com grande dificuldade na gestão dessa categoria, principalmente pelo grande número de áreas privadas e a diversidade de usos permitidos. O predomínio dessa categoria é explicado, em parte, por ser de mais fácil criação, já que não demanda desapropriação e não apresenta tanta resistência à sua implantação (Pádua, 2011).

A lei do SNUC também vem sendo muito criticada. Especialistas apontam a aproximação da sociedade como o grande desafio do SNUC, pois se entende que para a sua efetiva implementação, a população deve reconhecer os benefícios dessas áreas e não enxergá-las como um entrave ao desenvolvimento (Sousa *et al*, 2011).

As Unidades de Conservação têm a função de preservar o patrimônio biológico, garantir o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciar às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, promover a educação ambiental, o contato harmônico com a natureza, o lazer e a pesquisa científica (IPEA, 2009). Entre os benefícios do estabelecimento de Unidades de Conservação, podemos destacar a conservação dos solos, a regulação do regime hídrico e a manutenção das condições climáticas, fatores esses que têm, por exemplo, impacto direto na produtividade agropecuária e na qualidade de vida, principalmente nas áreas no entorno das unidades (IPEA, 2009).

Os estudos referentes à criação de Unidades de Conservação demonstram que a simples declaração de uma área como protegida não garante a sua preservação e nem uso adequado de seus recursos, pois a eficácia depende diretamente da população que nela vive (Mello, 1998). Nesse contexto, Sammarco (2005) chama Unidades de Conservação de Unidades de Conflito, já que geram inúmeros conflitos, sendo um dos principais a separação das comunidades das áreas naturais próximas a elas através de proibições ou, ainda, deslocamento de suas casas para outros lugares.

1.2 A bacia hidrográfica do Gravataí

A área de estudo escolhida, a bacia hidrográfica do rio Gravataí, de aproximadamente 2.020 km², situa-se na região metropolitana de Porto Alegre, abrangendo, além da capital, outros oito municípios e é de fundamental importância ecológica, econômica e social. Além de representar uma transição entre os biomas Mata Atlântica e Pampa, tem dois ecossistemas marcantes: o do banhado (um tipo de área úmida) e os rios, principalmente o próprio rio Gravataí. A proximidade com a capital do estado e a intensa urbanização da bacia hidrográfica do rio Gravataí têm provocado impactos significativos na região, principalmente pela ocupação humana.

O banhado, embora muito desvalorizado, tem um papel fundamental na dinâmica local, pois funciona como uma esponja, regulando a vazão do rio (Rodrigues, 2004), sendo um ecossistema de extrema importância, porque fornece serviços ecológicos para espécies da fauna, da flora e também para as populações humanas, entre eles: habitat para espécies, incluindo endêmicas e ameaçadas, regulação do regime hídrico (já que armazenam água, contêm inundações, permitem recarga de aquíferos subterrâneos e purificam a água dos rios), estabilização de zonas costeiras e também do clima, mitigando até alguns impactos de mudanças climáticas (Maltchik, 2003, Carvalho e Ozorio, 2007). Apesar disso, durante muito tempo foram consideradas ambientes insalubres e improdutivos, que deveriam ser drenados ou aterrados para a expansão urbana ou agrícola (Carvalho e Ozorio, 2007), causando mudanças na dinâmica dos rios, períodos de escassez de água ou grandes inundações nas cidades (Burger, 2000).

Na região hidrográfica do Guaíba (a qual pertence a bacia do Gravataí), antes das alterações ocasionadas pela agricultura e pecuária, aproximadamente 18% (1,5 mil ha) da área total da região, correspondiam a várzeas, banhados e outras áreas potencialmente inundáveis. E, em menos de 15 anos, as áreas úmidas remanescentes na região hidrográfica do lago Guaíba, correspondem a apenas 1 % da cobertura original (Fundação Zoobotânica, 2002 apud Carvalho e Ozorio, 2007). Os principais impactos aos banhados no Rio Grande do Sul são: as atividades agrícolas, a pecuária, os aterros, a urbanização, o despejo de resíduos e esgoto doméstico (Carvalho e Ozorio, 2007). Na bacia do Gravataí, a principal ameaça ao banhado é o cultivo de arroz irrigado, que reduz sua capacidade de acumulação de água (Rodrigues, 2004).

Frente a esses impactos, foram criadas Unidades de Conservação na bacia, a fim de proteger, principalmente os ambientes de banhados. As principais são a Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, que ocupa 2/3 da bacia e abrange os municípios de Gravataí, Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Glorinha (sendo esse último quase todo localizado dentro da APA) e o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, localizado em Águas Claras, município de Viamão, junto ao Assentamento Filhos de Sepé (figura 1).

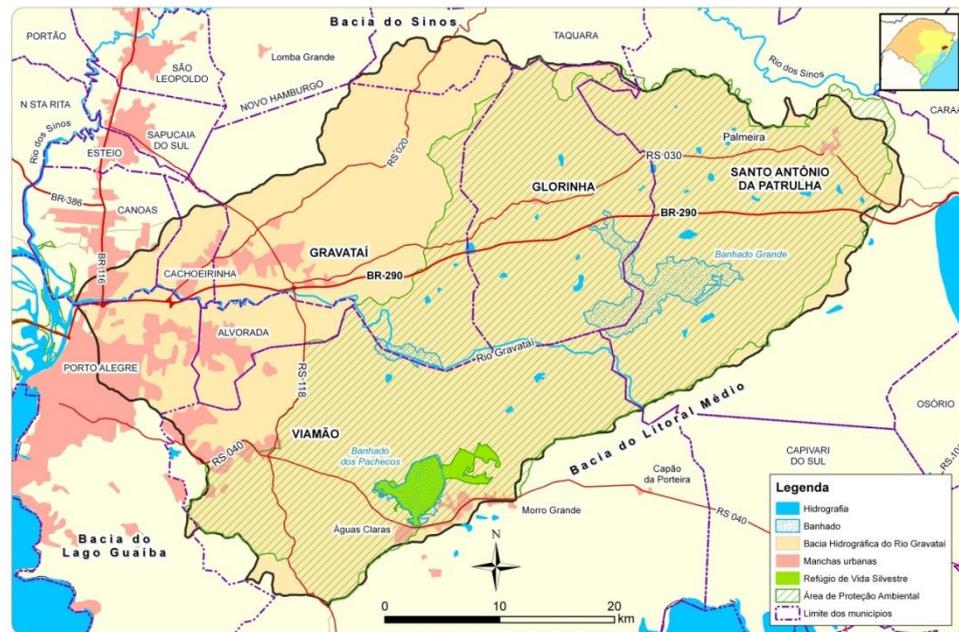


Figura 1: Mapa da bacia hidrográfica, com as duas UC mais importantes. Fonte LABGEO/UFRGS.

1.3 Percepção e Representação ambiental

Estudos relacionados à percepção ou representação ambiental auxiliam muito na gestão de áreas protegidas, uma vez que se entende que a compreensão das relações entre o homem e o seu meio, suas expectativas, julgamentos e condutas pode ajudar a instruir ações transformadoras, seja por intervenções por parte dos governantes ou por programas de educação ambiental e planejamento de atividades (Mello, 1998). É do ponto de vista da percepção, ou seja, forma como o ser humano percebe e interage com o ambiente, em função de influências históricas e culturais, que se podem avaliar os anseios e necessidades da população e fornecer aos órgãos dirigentes orientações mais adequadas para as decisões em nível político, socioeconômico e de desenvolvimento, seja rural, urbano ou regional (Sammarco, 2005).

O entendimento das inter-relações homem e meio ambiente (expectativas, anseios, satisfações, julgamentos, condutas, entre outras) contribui para a implementação de ações que

visam estreitar as percepções dos valores de afetividade do indivíduo para com o ambiente (Bezerra *et al.* 2010). A partir desse entendimento, acontecem modificações dos valores ambientais por parte das comunidades humanas e a priorização do meio em que vivem, contribuindo assim, para a preservação do meio ambiente. Para isso, faz-se necessário conhecer as percepções humanas de modo que possibilite elaborar medidas para mitigar conflitos e transmitir a importância das UC e de suas distintas categorias com vistas à melhoria de vida nas comunidades e à conservação da biodiversidade (Cabral *et al.*, 2013).

A teoria da representação social é uma estratégia importante, pois vai além da percepção ambiental. Segundo autores que defendem essa ideia, uma paisagem é um "espaço percebido" construído e simbólico, pois não se limita em receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para dar-lhes um sentido (Collot, 1990). A construção social da paisagem então, mais que uma percepção individual, se transforma muitas vezes em uma representação social e/ou é produto de um fenômeno coletivo. Enquanto a percepção lida com a visão sobre determinado assunto, a representação assimila todos os sentidos, ou seja, os modos de relação do indivíduo com o mundo. A teoria das representações sociais busca, assim, conceitualizar tanto o poder da realidade social como a atuação dos sujeitos sociais. Sendo assim, o estudo das representações sociais significa tentar compreender não somente o que as pessoas pensam de um objeto, cujo conteúdo possua um valor socialmente evidente e relevante, mas também como e porque o pensam daquela forma (Andrade Junior, 2004). As representações organizam as condutas e atitudes das pessoas (Mazzotti, 1997). Dessa maneira, propõe-se estudar a representação das pessoas do entorno e de dentro das Unidades de Conservação, a fim de esclarecer possíveis pontos de conflito entre gestão e comunidade. Conflitos ambientais podem ser entendidos como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território e recursos, quando um ou mais desses grupos tem a sua continuidade ameaçada pelos impactos causados pela prática de outro (Fleury, 2008).

Embora sejam conceitos diferentes, seguindo o método usado por Nogueira (2009), os conceitos de percepção e representação se equivalem na construção do referencial teórico utilizado nesse trabalho. Ambos buscam entender a maneira como grupos percebem, interpretam e reproduzem certas questões, a fim de entender a dinâmica da relação entre os agricultores e a APA do Banhado Grande e não seguindo a rigidez de pressupostos teóricos e metodológicos aplicados nas ciências sociais.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

2.1. Área de estudo

A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande foi criada em 1998 e possui uma área aproximada de 137.000 hectares. Abrange parte dos biomas Pampa e Mata atlântica e possui como principal característica a ocorrência de banhados e toda sua biodiversidade associada. A APA possui como principal objetivo a preservação dos banhados do complexo do Banhado Grande, compatibilizando desenvolvimento socioeconômico com a proteção de ecossistemas, conservação do solo e dos recursos hídricos, recuperação das áreas degradadas, otimização da vazão do rio Gravataí e proteção de flora e fauna nativas e seus locais de reprodução e desenvolvimento (Rio Grande do Sul, 1998).

Protegidos pela APA estão os banhados formadores do rio Gravataí: Banhado Grande, em Gravataí e Glorinha, Banhado Chicolomã em Santo Antônio da Patrulha e Viamão, e Banhado dos Pachecos, em Viamão. Originalmente, esses banhados formavam o complexo Banhado Grande, mas hoje em dia encontram-se fragmentados. Por se tratar de uma UC de Uso Sustentável das menos restritivas, concentra em seu interior uma pluralidade de atividades, desde agropecuária, indústrias, centros urbanos e estradas. O objetivo principal das APAs é o ordenamento do processo de ocupação humana e sustentabilidade no uso dos recursos naturais (Sousa et al, 2011), sendo portanto, segundo Pádua (2011) “mais que tudo, ordenamentos territoriais”.

A existência de uma UC, mesmo que uma APA, em uma área tão intensamente degradada e utilizada para os mais diversos fins, por si só, já seria motivo suficiente para a existência de conflitos relacionados à população associada. No entanto, dentro da APA também está localizado o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (REVIS), UC de Proteção Integral. Foi criado em 2002 e possui 2.543 hectares, em área cedida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). O Refúgio tem como objetivos a proteção integral dos seus ecossistemas e dos exemplares da flora local e da fauna silvestre residente ou migratória, especialmente de espécies e comunidades relacionadas às áreas úmidas, a conservação das nascentes formadoras do rio Gravataí, apoio à realização de estudos e pesquisas científicas e realização de programas de educação ambiental. É considerado uma das áreas de grande importância para conservação de aves no Rio Grande do Sul, contando com várias espécies migratórias e ameaçadas de extinção que utilizam a área como abrigo, alimentação e local de nidificação e também habitat da última população do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) no Rio

Grande do Sul. No seu entorno encontra-se o assentamento Filhos de Sepé, o maior do Estado, que juntamente com fazendas, condomínios e pequenas vilas, fazem divisas com a unidade de conservação.

Por sua importância e magnitude, a APA foi escolhida como objeto de estudo desse trabalho, a fim de verificar se os moradores de zonas rurais dentro dessa UC reconhecem a existência e importância desse local. As entrevistas foram realizadas em quatro comunidades rurais, pertencentes a três municípios (figura 2 e tabela 1): Chicolomã (município de Santo Antônio da Patrulha), Setores A e C do Assentamento Filhos de Sepé (Águas Claras, Viamão) e Passo Grande e Capão Grande (Glorinha). A escolha das duas primeiras teve como critério a proximidade com os banhados protegidos: Banhado Chicolomã e Banhado Grande, na comunidade Chicolomã, e Banhado dos Pachecos, em Viamão. A terceira, Glorinha, foi sugestão de técnicos ambientais da UC, uma vez que esse município é chave na conservação dos banhados, já que tem mais de 90% de sua área dentro da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande.

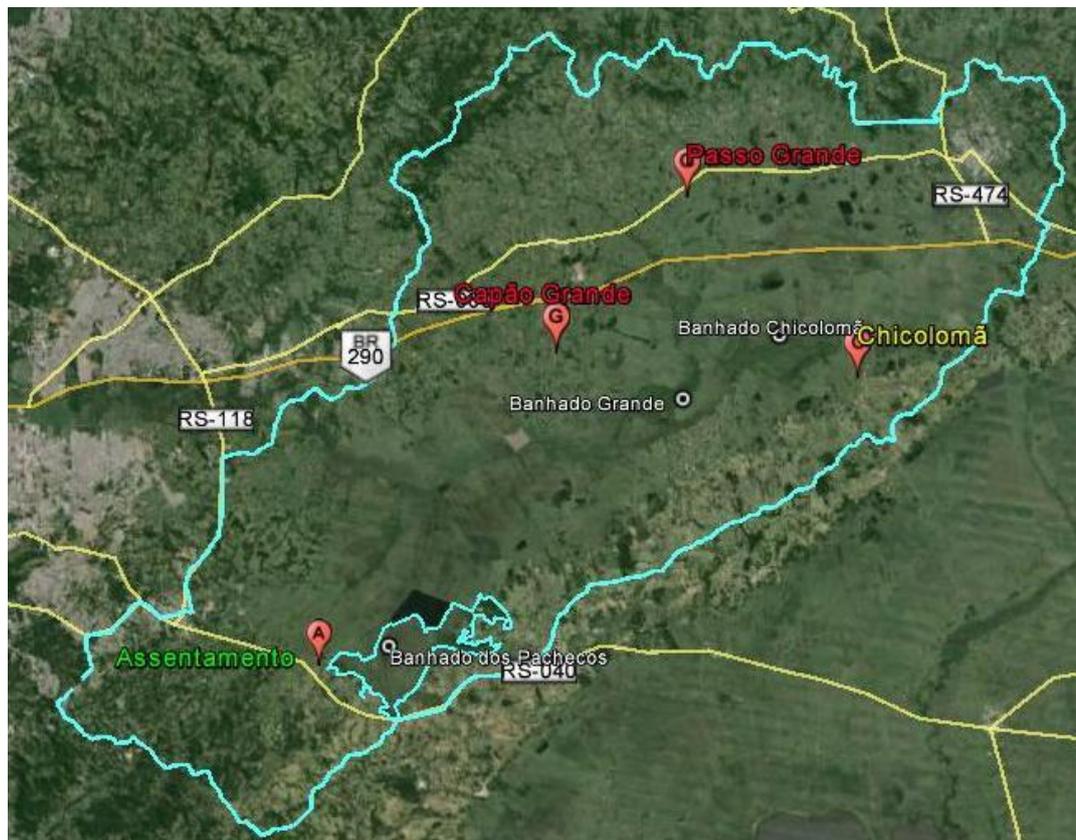


Figura 2: Localidades das entrevistas: Assentamento Filhos de Sepé (em verde), Chicolomã (em amarelo) e Capão Grande e Passo Grande, ambas em Glorinha (em vermelho), bem como os limites da APA do Banhado Grande e do Refúgio (em azul).

Tabela 2: Coordenadas geográficas das localidades estudadas

Localidade	Coordenadas (UTM)
Chicolomã	22J 0538773, 6685516
Filhos de Sepé	22J 0515956 , 6671317
Passo Grande	22J 0528544, 6697064
Capão Grande	22J 0520847, 6687681

2.2. Escolha do grupo

Optou-se por trabalhar com os produtores rurais, pois, segundo Mello (1998), as percepções e atitudes dos proprietários rurais são importantes aspectos a serem considerados no desenvolvimento de projetos de manejo de qualquer recurso natural, especialmente nessa área, já que os remanescentes de banhados, muitas vezes estão em terrenos particulares usados para a agricultura.

Embora o tamanho da terra não tenha sido um critério para a realização das entrevistas, deu-se preferência, nesse estudo, por comunidades tradicionalmente de pequenos agricultores, ainda que dentro delas haja algumas grandes propriedades. Essa escolha realizou-se principalmente, pela facilidade e disponibilidade desses proprietários, que geralmente trabalham eles próprios na terra, ao contrário dos proprietários de grandes lotes, que possuem funcionários, raramente visitam a propriedade e estão representados em conselhos e outros órgãos através de instituições como o IRGA (Instituto Riograndense do Arroz), bem como pela distância a ser percorrida para entrevistá-los ser menor, pois geralmente as casas ficam mais próximas umas das outras.

2.3. Metodologia:

Foram utilizados para esse trabalho os métodos de observação, entrevistas semi-estruturadas, participação em reuniões dos conselhos, tanto da APA como do Refúgio e entrevistas (n=3) com técnicos da SEMA (Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e da COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos) do Assentamento Filhos de Sepé, além de conversas informais com professores das escolas das comunidades.

Em 2014 foi realizado o primeiro contato com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA/RS). Dois técnicos ambientais, gestores de Unidade de Conservação foram entrevistados, um técnico da COPTec e uma professora da EMEF Nossa Senhora da Fátima,

no assentamento Filhos de Sepé e uma da EMEF Érico Veríssimo, no Chicolomã como subsídio ao desenvolvimento do trabalho e na elaboração do projeto de pesquisa e do questionário.

Segundo Mello (1998), não há uma só metodologia ou instrumento de medida para pesquisas de percepção ambiental (devido às suas especificidades, interdisciplinaridade e surgimento recente), podendo-se utilizar de diferentes métodos. A autora explica que existem três técnicas principais: a observação, a escuta e a interrogação. Para este trabalho, foi escolhida a técnica de interrogação, porque apresenta as vantagens de requerer menor tempo e visitas a campo através da entrevista, onde o pesquisador registra as respostas do entrevistado (Mello, 1998). Segundo Sammarco (2005), a interrogação é a técnica mais utilizada nas ciências ambientais, seja em forma de questionários (com professores) e entrevistas (com moradores). Inicialmente e, antes de aplicar o questionário foi realizado um teste para verificar a coerência das perguntas, possíveis dúvidas e erros do entrevistado e do entrevistador, tempo de entrevistas, entre outros fatores (Tull & Hawkins, 1987). Optou-se, então, pela elaboração de dois questionários diferentes, porém com uma parte similar: um para Glorinha e Santo Antônio da Patrulha e outro para o Assentamento Filhos de Sepé com questões abordando a relação com o Refúgio de Vida Silvestre.

O presente trabalho evoluiu de participação em “Projeto de Educação Ambiental para a Conservação e Gestão de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí”, o que possibilitou conhecimento prévio das localidades, bem como de alguns moradores (professores e lideranças comunitárias), fator facilitador da aproximação junto às comunidades e aos entrevistados. De janeiro a maio de 2015 foram realizadas as entrevistas nas localidades Chicolomã, Filhos de Sepé e Glorinha. A pesquisadora contou com o auxílio de um ajudante de campo, para anotação das respostas e, quando permitido pelo entrevistado, foram gravadas para posterior análise e transcrição. Além disso, as entrevistas eram realizadas da maneira mais informal possível, tomando um mate ou café junto aos entrevistados. Para evitar possíveis confusões com órgãos públicos ou de fiscalização, ao começo da entrevista, sempre era explicada a finalidade acadêmica do trabalho, e todo o deslocamento foi realizado em carro da universidade. Antes da entrevista foram explicados os objetivos da pesquisa e se havia concordância com o termo de consentimento (anexo 1) que, ao término, foi assinada pelo entrevistado.

As entrevistas tinham por base roteiro definido de questões semi-estruturadas (anexos 2 e 3) que facilitam na caracterização, comparação e quantificação dos dados (Sammarco, 2005) formada por questões abertas e questões fechadas, de escolha simples e múltipla escolha (Tull

& Hawkins, 1987), a fim de que a pesquisa seja quali-quantitativa (Silveira, 2006). Essa rigidez também pode causar a perda de informações, então foram acrescentadas perguntas abertas, pois também segundo Sammarco (2005), *“quanto mais o entrevistador conseguir ampliar suas questões com entrevistas semi-estruturadas ou não estruturadas, maior é a possibilidade de vir à tona questões e problemas (sócio-econômico-ambientais) que estão ocultos ou reprimidos”*.

As localidades foram previamente escolhidas e os entrevistados foram selecionados pela presença ou ausência nas residências. O único caso de indicação de possíveis entrevistados ocorreu em uma das visitas ao assentamento.

Quanto ao número de entrevistas, baseou-se no método de Melo (2008), de escolha de no mínimo 1% das famílias de cada comunidade, tendo a unidade familiar como contagem, uma vez que nesse contexto de comunidades pertencentes à cultura rústica, muitas vezes a família é a unidade de produção e consumo (Sammarco, 2005), sendo essa medida usada nas próprias comunidades para contagem de moradores. A porcentagem de entrevistados em cada comunidade variou entre 2,9% e 53,3% do total de famílias residentes (tabela 2). Informações oficiais da Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (2014) dão conta de 376 famílias oficialmente assentadas. O número pesquisado corresponde a 5,3% das famílias. No entanto, com a chegada de familiares de assentados, considera-se que hoje vivem no assentamento em torno de 700 famílias. Nesse caso, as 20 famílias entrevistadas correspondem a 2,9%. Na comunidade Chicolomã, Rodrigues (2011) aponta em torno de 60 famílias vivendo no local, então as 15 entrevistadas representam uma parcela significativa de 25%. No caso das duas comunidades visitadas em Glorinha, moradores estimam que haja em torno de 15 famílias no Passo Grande, e Silva (2011) estima em 100 famílias no Capão Grande. Sendo assim, os entrevistados correspondem a 53,3% e 6%, respectivamente.

Tabela 2: Número de habitantes e de entrevistados em cada comunidade.

Comunidade	Nº famílias residentes	Nº famílias entrevistadas	% entrevistados na comunidade
Assentamento	700	20	2,9
Chicolomã	60	15	25
Passo Grande	15	8	53,3
Capão Grande	100	6	6

Não houve um padrão nas entrevistas, quanto ao tempo de duração, porque dependia da disposição do entrevistado, e nem ao número de participantes de cada família: às vezes somente um, às vezes o casal, com ou sem filhos. Importante salientar que entrevista com mais de um indivíduo era anotada em um mesmo questionário e quantificada como um entrevistado.

Para facilitar a identificação da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, foi levado um mapa impresso da região e mostrado ao entrevistado durante a realização da entrevista. Também foi produzido um informativo sobre as Unidades de Conservação da região que deveria ser entregue às famílias ao final da entrevista. Como o material não estava pronto a tempo das primeiras entrevistas, houve uma pergunta para identificar a escola que as crianças da família frequentavam, para entregar o folder informativo, os quais foram entregues nas escolas Nossa Senhora de Fátima, no Assentamento Filhos de Sepé, e Érico Veríssimo, em Chicolomã.

2.4. Análise de dados

A análise dos dados foi realizada como segue: questões fechadas de simples ou múltipla escolha foram quantificadas a partir dos questionários escritos preenchidos durante a entrevista e estão apresentadas no texto, em forma de gráfico ou tabelas. Para a quantificação, utilizou-se o método de tabulação simples segundo Gil (2008), ou seja, a contagem simples da frequência de cada categoria. As tabelas apresentam a resposta em números e também em porcentagem. As porcentagens foram calculadas sobre o total de cada amostra, a fim de se obter uma amostragem parcial de cada localidade e, nas duas últimas colunas, são apresentados os totais, em número e porcentagem.

As questões abertas foram transcritas ao longo do trabalho. Para essas questões, usou-se o método de Silverman (2009) de Análise de Conteúdo e categorização.

Questões comuns aos dois questionários foram analisadas conjuntamente nos resultados, enquanto as questões específicas sobre cada uma das UC estão apresentadas em seções chamadas: “APA do Banhado Grande”, onde estão apresentados os dados referentes às 29 entrevistas de Glorinha e Chicolomã, e “Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos”, com as 20 respostas exclusivamente dos assentados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO



3.1. Caracterização dos entrevistados

“E se não é o agricultor no campo, o que seria do pessoal da cidade?”, Luís Roberto, 73 anos

Foram analisadas as entrevistas de 49 famílias pertencentes a quatro comunidades: 20 no Assentamento Filhos de Sepé, 15 na comunidade Chicolomã, 8 na comunidade Passo Grande e 6 no Capão Grande, ambos no município de Glorinha (figura 3).

Quanto ao sexo, 45% dos entrevistados eram mulheres e 55%, homens. Quanto à profissão, a principal encontrada foi agricultor (figura 4), seguida por donas de casa cujo marido é agricultor. O item “outros” corresponde a professores, técnicos agrícolas, pecuaristas e aposentados, mas todas as famílias entrevistadas eram de produtores rurais.

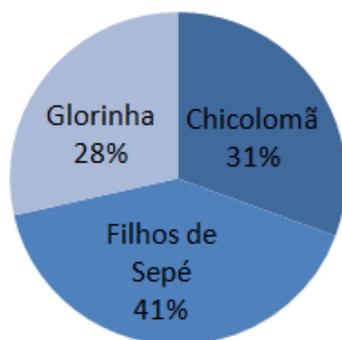


Figura 3: Divisão dos entrevistados conforme localidade.

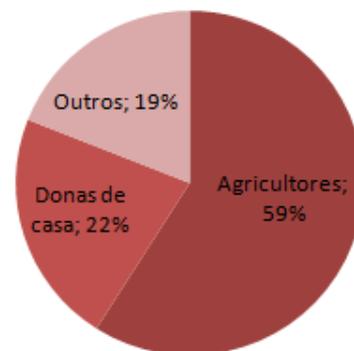


Figura 4: Profissão principal dos entrevistados.

O tamanho da terra não foi um critério de seleção dos entrevistados, de modo que foram abordados minifúndios (1 Módulo Fiscal¹); pequenas propriedades (entre 1 e 4 Módulos Fiscais), médias propriedades (entre 4 e 15 Módulos Fiscais) e grandes propriedades (acima de 15 Módulos Fiscais) conforme a figura 5.

¹ Módulo Fiscal (MF): parâmetro para a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, em hectares. A classificação foi feita de acordo com a lei Nº 8.629 (Brasil, 1993) que prevê: minifúndios são aquelas propriedades menores que 1 MF; pequenas propriedades aquelas entre 1 e 4 MF; médias, entre 4 e 15 MF e grandes, acima de 15 MF. O Módulo Fiscal varia de acordo com cada cidade. No caso de Viamão e Glorinha, 1 MF=10 hectares, e em Santo Antônio da Patrulha, 1 MF=18 hectares (INCRA, 1980).

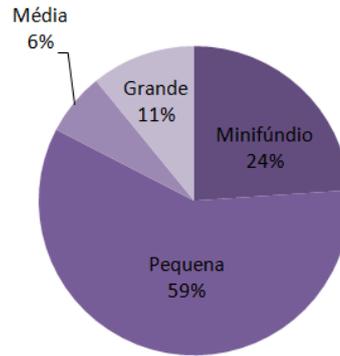


Figura 5: Tamanho da terra das famílias entrevistadas.

Essa divisão, no entanto, não é proporcional entre as localidades, uma vez que elas apresentam características diferentes. No assentamento todas as propriedades variaram entre 12 e 17 hectares, enquanto que na comunidade Chicolomã, foram identificadas propriedades com menos de um hectare e as maiores entre 300 e 350 hectares. Em Glorinha, a menor propriedade visitada possuía 6 hectares e a maior, 2800 hectares. Nas comunidades Chicolomã e Filhos de Sepé geralmente o proprietário trabalha na terra e concedeu a entrevista. Em Glorinha, muitos dos entrevistados eram funcionários das fazendas e residentes no local, tendo em vista que os proprietários residem na cidade, eventualmente visitam a propriedade, tendo outras ocupações.

As escolas mencionadas pelos entrevistados que possuem filhos em idade escolar, foram: Escola Municipal Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, dentro do Assentamento, em Águas Claras, Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa, também em Águas Claras, Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo, em Chicolomã e Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Ferrugem, em Glorinha.

3.2. Percepção e conhecimentos sobre áreas protegidas:

As três primeiras questões da entrevista referiam-se à legislação ambiental e apresentaram como resultados (tabela 2): o termo “áreas protegidas” é conhecido por grande parte da população, que também já ouviu falar nos termos Reserva Legal, Corredores Ecológicos e Área de Preservação Permanente. Já o termo “Unidade de Conservação” mostrou-se estranho à grande parte das pessoas, e isso foi comprovado ao longo das entrevistas: nenhuma das pessoas entrevistadas chama a “reserva”, “área do Meio Ambiente” ou “área de proteção” de Unidade de Conservação. Esse termo, utilizado somente no Brasil, não é familiar às pessoas. Muitas das pessoas que responderam sim a essa questão, inclusive,

se referiam somente à palavra “conservação” (“*É cuidar, né?*”, dona de casa, 55 anos) e não ao termo Unidades de Conservação.

Tabela 3: Apresentação dos resultados por comunidade.

Localidades	Chicolomã		Assentamento		Glorinha		Total	
	Nº	% ¹	Nº	% ¹	Nº	% ¹	Nº	%
1) Você sabe o que são “Áreas Protegidas?”	12 sim	80	18 sim	90	11 sim	78,6	41	83,7
2) E Unidades de Conservação?	7 sim	46,7	12 sim	60	6 sim	42,9	25	51
3) E Reserva Legal, Corredores Ecológicos, Área de Preservação Permanente?	10 sim	66,7	14 sim	70	9 sim	64,3	35	71,4

¹ A porcentagem refere-se ao total de cada grupo.

Após isso, 96% dos entrevistados responderam à questão 4 “De quem você acha que é a responsabilidade de proteger a natureza?” com “de todos”, indicando forte sentimento de responsabilidade ambiental nas comunidades estudadas (“*dos próprios moradores né. Se nós que moramos aqui não proteger, eu acho que ninguém vai*”, agricultor, 35 anos). Apenas uma pessoa disse “do IBAMA” e outra, “do dono da terra”.

Quando interrogados sobre a importância de proteger a natureza (questão 5), as respostas mais mencionadas estão representadas na tabela 3, divididas por localidade. A conservação da fauna foi o motivo mais citado, seguido por conservação da flora, das águas e qualidade de vida: “*É notório que as áreas que são degradadas sofrem algum tipo de consequência no clima, na fauna, na flora, tudo. Acredito que seja importante. Há um tempo eu pensava que não, mas acredito que é*”, produtor rural, 39 anos.

Durante as entrevistas percebeu-se um grande conhecimento sobre espécies, especialmente de mamíferos e aves e uma valoração dessas. A região é rica em espécies, principalmente de aves, como o cardeal (*Paroaria coronata*), tarrã (*Chauna torquata*), quero-quero (*Vanellus chilensis*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) e também mamíferos, como capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), tuco-tuco (*Ctenomys lami*), endêmico da região, entre outras avistadas durante as visitas e mencionadas nas entrevistas, além do próprio cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), espécie ameaçada de extinção cuja última população do RS encontra-se justamente na área do assentamento e Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos. Normalmente as pessoas conhecem e contam histórias de experiências com os animais, desde relatos de caça até aparecimento nas propriedades. Desse modo, a relação com os animais é bem próxima e deve ser explorada em atividades de educação ambiental, pois eles podem servir como espécies guarda-chuva para a conservação dos banhados e toda sua diversidade.

Tabela 4: Respostas associadas à pergunta "Qual a importância de proteger a natureza?"

Localidades	Chicolomã		Assentamento		Glorinha		Total	
	Nº	% ^{1 2}	Nº	% ^{1 2}	Nº	% ^{1 2}	Nº	% ²
Conservação da fauna	7	46,7	9	45	6	42,9	22	44,9
Conservação flora	7	46,7	7	35	4	28,6	18	37,7
Conservação das águas	7	46,7	5	25	6	42,9	18	37,7
Qualidade de vida	6	40	8	40	4	28,6	18	37,7

¹ A porcentagem refere-se ao total de cada grupo.

² O total não corresponde a 100% pois era possível mais de uma resposta por entrevistado.

26,5% dos entrevistados reconheceram a existência de desvantagens das Unidades de Conservação (questão 6): *“É um aparente prejuízo, mas a gente sabe que é necessário, tem consciência pelo menos. (...) Eu acredito que devia ser permitido o produtor usar, mas sem que ele degradasse. Eu não acho que deveria ser fechado como tão mandando fechar as áreas com cerca”*, produtor rural, 39 anos.

As principais desvantagens apontadas foram: diminuição de área ou outras dificuldades relacionadas ao plantio: *“desvantagem é que tu fica um pouco limitado perto dessas terras, mas isso aí a gente tem que aprender a conviver”* (técnico agrícola, 33 anos) e presença de animais que comem a lavoura: *“Capivara é uma coisa de louco, o fundo da lavoura, 3, 4 hectares elas comem”* (agropecuário, 62 anos). Também foram citados “obstáculo para o desenvolvimento” e a dificuldade no uso da água, porém com menor frequência.

As questões sobre conhecimento da região, incluindo a existência de áreas protegidas ou de espécies ameaçadas de extinção (tabela 4) obtiveram como resultados: 67,4% dos entrevistados afirmam existir alguma área protegida na comunidade: *“Área protegida é a área do banhado lá pra baixo, onde tem o corredor ecológico. (...) Protegido é o banhado. No banhado não pode fazer nada daí”* (técnico agrícola, 33 anos). Esse número foi muito variável entre as comunidades. No assentamento, 100% das pessoas afirmam existir, no entanto nas demais localidades um número menor de pessoas conhecem as áreas protegidas (66,7% em Chicolomã e 21,4% em Glorinha).

A maioria (73,5%) dos moradores conhece a APA do Banhado Grande (*“tão analisando, fazendo pesquisa. Parece que vão fechar o banhado”* agricultor, 73 anos), sendo que a distribuição nas comunidades foi bastante diferente. No Chicolomã, 93,3% dos

entrevistados conhece a APA, enquanto no assentamento e em Glorinha os percentuais foram similares a 65%.

“(A APA) Ela é maior, mas ela não é bem conservada não, porque os granjeiros tudo vive botando veneno. Na nossa volta, nós que plantemo ecológico e na nossa volta eles fazem isso aí, quem tem dinheiro não se proíbe nada”, agricultor, 37 anos.

“O Banhado Grande. Pega um pouco de Santo Antônio, pega o Passo Grande aqui e Capão Grande lá”, técnico em pecuária, 22 anos.

O Refúgio de Vida Silvestre é desconhecido de quase todas as pessoas de Glorinha e Chicolomã. No assentamento não foi realizada essa pergunta.

O cervo do pantanal também é conhecido, inclusive há relatos de avistamento, principalmente na região do assentamento (“Dentro da lavoura aqui embaixo. Já vi várias vezes”, agricultor, 35 anos), mas também alguns no Chicolomã

“tem um no banhado aqui, né, diz que é o mesmo (cervo) do Gravataí lá”, agricultora, idade não informada.

“um colega meu aqui me falou que viu um casal aqui. Me contou e pediu pra mim não contar pro pessoal porque daí corre o risco de alguém até matar” agricultor, 73 anos.

Em Glorinha, não houve nenhum relato de avistamento: “Já ouvi, mas não vi” (técnico agrícola, 33 anos) e “Eu nunca vi ninguém que falasse que viu aqui dentro” (produtor rural, 39 anos).

Tabela 5: Apresentação dos resultados por comunidade

Localidades	Chicolomã		Assentamento		Glorinha		Total	
	Nº	% ¹	Nº	%	Nº	%		
7) Existe alguma UC/área protegida no seu município?	10 sim	66,7	20 sim	100	3 sim	21,4	33	67,4
7.1) Já ouviu falar da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande?	14 sim	93,3	13 sim	65	9 sim	64,3	36	73,5
11) Você sabe onde se localiza o REVIS Banhado dos Pachecos?	10 não	66,7	- ²	-	14 não	100	24	-
12) Já ouviu falar no cervo do pantanal?	8 sim	53,3	17 sim	85	8 sim	57,1	33	67,4

¹ A porcentagem refere-se ao total de cada grupo.

² Essa pergunta não foi feita no assentamento.

A questão 10 perguntava se alguma entidade ambiental visita a comunidade frequentemente, e o que fazem durante essas visitas. 30,6% dos entrevistados disseram que não há nenhuma visita, enquanto 63,3% disseram que sim (tabela 5). Foram mencionadas as instituições FEPAM, Sindicato Rural, prefeitura, INCRA e Polícia Ambiental. Quanto ao que

fazem quando visitam as comunidades, as principais respostas foram: apenas passam e observam, aplicação de multas e fiscalização e conversas com a comunidade (figura 6).

“Olha a gente vê eles às vezes ali na ponte fiscalizando e às vezes tem pescador, muitos pescadores. Esses dias até me atacaram, perguntaram se eu era moradora” professora, idade não informada.

“Um vizinho falou que ele vem pra observar os pássaros (...). O carro tem um letreiro verde, mas eu não sei o que significa”, agricultora, 38 anos.

“Com frequência não, mas às vezes vem a FEPAM, A SEMA”, técnico agrícola, 33 anos.

Na categoria “outros” foram mencionados: vacinação do gado e participação em reuniões. Além disso, um entrevistado relatou: *“A FEPAM se denunciar ela vem e multa, mas não tem fiscalização, não tem gente suficiente”*, agropecuarista, 62 anos.

Tabela 6: Resultados da pergunta: "Existe alguma entidade ambiental que visite a comunidade frequentemente?"

Localidades	Chicolomã		Assentamento		Glorinha		Total	
	Nº	% ¹	Nº	% ¹	Nº	% ¹	Nº	%
Não	4	26,7	3	15	8	57,1	15	30,6
Sim	11	73,3	16	80	6	42,9	31	63,3

¹ A porcentagem refere-se ao total de cada grupo.

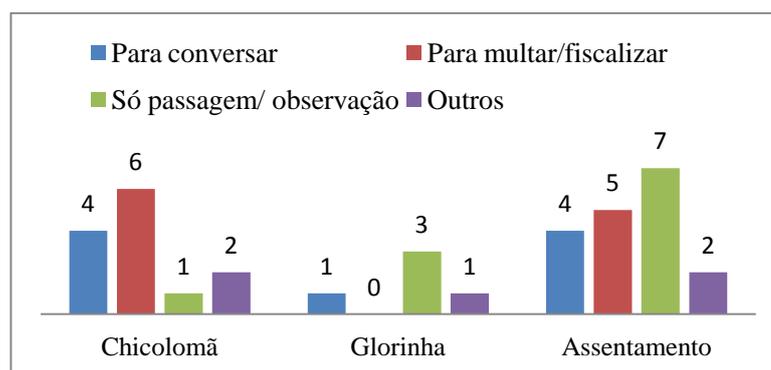


Figura 6: Resposta à pergunta: “O que fazem os órgãos quando visitam a comunidade?”

3.3. Caracterização da relação com as Unidades de Conservação

Quanto à caracterização da relação com as Unidades de Conservação, foram elaboradas questões que se referiam diretamente sobre a influência na comunidade. O termo Unidades de

Conservação encontra-se no plural porque, embora o foco da pesquisa fosse a APA do Banhado Grande, no Assentamento “Filhos de Sepé” a presença do Refúgio de Vida Silvestre é muito marcante, de modo que questões específicas foram incluídas nesse trabalho.

3.3.1. APA do Banhado Grande

“Banhado Grande só no nome, né”, Luiz, 63 anos

Nesta seção, foram consideradas as 29 entrevistas referentes às comunidades Chicolomã e Glorinha.

79,3% dos entrevistados de Glorinha e Chicolomã já ouviram falar na APA do Banhado Grande, no entanto, apenas 13,8% da comunidade Chicolomã já participaram de reuniões do Conselho Deliberativo. *“Lá em Gravataí ele (o marido) ia, no Mato alto que eles faziam ele ia, aqui ainda não, acho que eles nunca fizeram isso aí”* agricultora, idade não informada.

Em Glorinha, nenhum entrevistado participou das reuniões. Duas das reuniões relatadas ocorreram em Viamão, uma no Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha e uma em Gravataí.

A questão sobre os usos da APA do Banhado Grande permitidos e proibidos pela legislação (tabela 6) apresentou particularidades, pois, ao falar de assuntos como desvio de curso d’água e uso de agrotóxicos, um comportamento bastante frequente entre os agricultores foi o de denúncia:

“aqui é quase tudo represa, os que pegam do rio é tudo mais pra frente, Viamão, Glorinha”, aposentado, idade não informada.

“Eu acho que isso aí não podiam fazer, pior que fazem, mas não podia isso aí (desvios)”, agricultora, idade não informada.

“Antigamente eles tiravam muita água do arroz e isso acabava vazando diesel e alguma coisa de defensivo que sobra da lavoura de arroz pro Banhado Grande e isso melhorou com a preservação do banhado. Mas ainda falta fiscalização nessa área de caça de animais silvestres”, técnico em pecuária, 22 anos.

“O pessoal mais pra baixo pega muito a água do rio, conflitos sempre tem na área de irrigação.”, técnico agrícola, 33 anos.

“Pessoal usa agrotóxico, não é proibido, mas tem quantidades e depende do veneno. Eles usam.”, aposentado, idade não informada.

“todo mundo usa (agrotóxicos)”, agricultor, 63 anos.

“Quem tem plantação muito grande tipo soja e arroz passam muito agrotóxico com avião né, acaba matando (a fauna). Meus vizinhos aqui de trás é tudo na base da soja, arroz, e eles necessitam né”, dona de casa, 54 anos.

“aqui a gente não gosta. Pois decerto é permitido, tem gente que coloca essas coisas”, agricultora, idade não informada.

“dentro das normativas, né”, técnico agrícola, 33 anos.

Outro ponto importante foram os relatos de caça (proibida no RS pela lei estadual 5197/1967) e pesca (proibida na área da APA rede e espinhel através da Portaria SEMA nº 25/2001), mas realizados por pessoas de fora das comunidades. Segundo os entrevistados, a caça diminuiu muito, mas ainda acontece:

“Pescador e caçador vive invadindo, entram de barco tudo e quando vê tá aí, largando rede, caçando capivara”, agropecuarista, 62 anos.

“Caça aqui há, mas é proibido. Tem, isso acontece rotineiramente. (...) Capivara, rato, e pesca também”, técnico em pecuária, 22 anos.

“Não pode caça porque animais estão em extinção”, aposentado, idade não informada.

“Hoje o morador tá consciente e o pessoal de fora vem, entram naqueles rios de rede e tudo, poluem, caçam. (...) Passei esses dias e tinha um rato morto lá. (...) O rato boiando, mataram só por matar”, agricultor, 73 anos.

Quando questionados sobre uso de defensivos, desvio de água, prática de agricultura, entrada de pessoas, estabelecimento de moradias, caça, extração de madeira, atividades industriais e queimadas dentro da APA, as respostas acabaram representando a opinião pessoal do entrevistado (*“As propriedades, eles colocam aqui né. Eu acho que deveria ser proibido porque agrotóxico, né, acaba prejudicando, mas eles usam”*, agricultora, idade não informada). Dessa forma, a partir das respostas obtidas não foi possível analisar o

conhecimento dos agricultores sobre as leis ambientais, e sim sua percepção de como "deveria ser" ou como é a realidade local.

Tabela 7: Usos permitidos e proibidos segundo as comunidades.

Usos	Chicolomã		Glorinha	
	Permitido	Proibido	Permitido	Proibido
Entrada de pessoas	7	6	5	5
Moradias	4	5	3	7
Caça	1	12	0	10
Extração de madeira	1	12	1	9
Agricultura	10	3	7	2
Uso de defensivos	4	8	7	2
Desvio de água	1	10	2	7
Atividades industriais	4	7	4	4
EA ao ar livre	10	0	2	1
Queimas	0	12	0	6

A soma não equivale ao total, pois não foram incluídas as "não-respostas" ("não sei" ou entrevistas interrompidas antes).

Na questão 8 *"O que você acha de viver numa área de proteção?"* 65,5% disseram que gostam, por diferentes motivos, entre eles a tranquilidade, a segurança, contato com a fauna, qualidade de vida. Entre os que não gostam, foi mencionada a redução das áreas produtivas e o excesso de animais, como cobras, mosquitos e capivaras, que comem o plantio.

"A qualidade de vida é melhor porque tu tem um ar melhor, uma água melhor, menos poluição, menos tudo. Ainda com tudo isso, aqui a gente pode dizer que é o paraíso", professora, idade não informada.

"Pros arroteiros tem desvantagem por causa das capivaras, que diz que comem muito. Agora, pra nós aqui não porque nós não plantemo arroz", Agricultor, 73 anos.

"Pro produtor não é bom", agropecuarista, 62 anos.

"Eu acho que tinha que ser em proporção às áreas né, tem muita gente aí que tem bastante área de terra e de repente não são de acordo com quem tem pouco. Quem tem pouquinha terra a porcentagem tinha que ser menos, né. Ao contrário, aqui quem tem mais área de terra é os que menos cuidam. Não fazem nada pra ajudar, no caso", agricultor, 63 anos.

A fim de verificar quais as principais mudanças percebidas no ambiente a partir da criação da APA em 1998, os entrevistados foram confrontados com algumas diferenças sugeridas que deveriam dizer se estavam de acordo ou não. As principais foram o aumento de

animais, de fiscalização, da aplicação de multas e da disponibilidade de água (figura 7). O aumento de animais está relacionado, além da criação da APA em si, à diminuição na caça, que segundo entrevistas, era muito comum no local:

“Antigamente todo mundo caçava. Hoje, a gente senta e toma chimarrão e olha quantas perdiz passando ali, tem um cardeal cantando na árvore...”, agricultor, 73 anos.

“Marreca é um animal que, principalmente as aves, né, as aves a gente vê que tem mais do que antes. Animais 'selváticos' não, a gente não vê, mas tem também, tá aumentando eu acho”, produtor rural, 39 anos.

“Bah o pessoal caçava, matavam marrecão, tudo, alugavam o banhado. (..) Cardeal faz 20 anos que começou a surgir aqui. Com gaiola não pegam, eles pegavam pra levar”, agricultor, 73 anos.

Foi mencionado que a consciência das pessoas aumentou bastante, e com isso o cuidado com a natureza. O aumento da fiscalização pode ser exemplificado por:

“Tem um cara que planta arroz aqui, já mudou tudo né, antes ele plantava até a beira da sanga, tem uma sanga lá embaixo na beira do banhado. As partes de terra melhor na beira da sanga já teve que parar de plantar”, agricultor, 63 anos.

Também foram mencionadas: diminuição de animais, diminuição da qualidade da água, aumento da vegetação, mais informação e placas, aumento do banhado, mais lixo no banhado e diminuição da caça.

“Aumentou a vegetação né dentro do mato, era mais limpo o banhado antes (...) Agora não tem mais tanta fiscalização como antes, mas ninguém usa mais a água, eu acredito que é mais tranquilo”, técnico em pecuária, 22 anos.

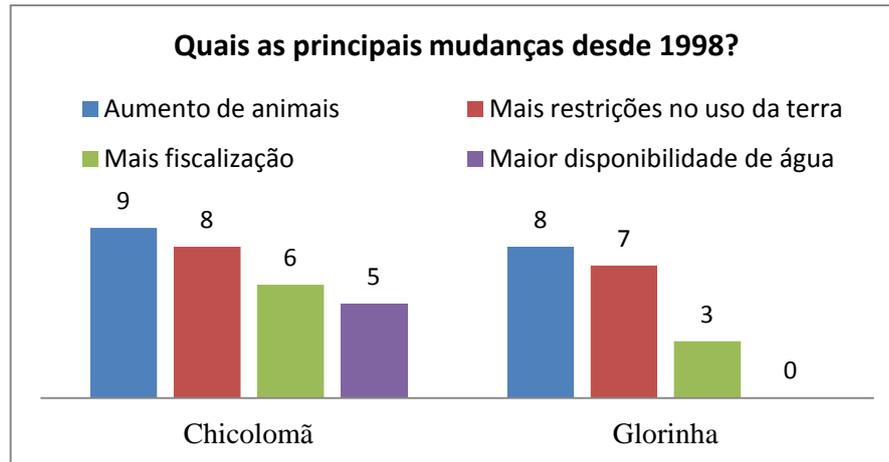


Figura 7: Principais mudanças verificadas desde a criação da APA em 1998.

As questões referentes à gestão da Unidade de Conservação obtiveram como resultados: 37,9% dos entrevistados não sabem qual o órgão que administra a APA. No entanto, entre os que disseram saber quem é o gestor da APA, apenas um entrevistado (3,45%) mencionou a SEMA. As respostas mais comuns foram, em ordem: IBAMA, FEPAM e prefeitura.

50% disseram que há uma boa relação com a gestão da UC, representados pelos comentários:

“Em time que tá ganhando não se mexe”, agricultor, 55 anos.

“Essa parte do banhado é muito bem cuidada (...) tem uma boa relação, mas sempre onde tem cobrança ninguém gosta né. Até porque os agricultor sabe que precisa, a coisa é necessária (...) É tranquilo. Se botar muita gente, muita fiscalização vai sufocar muito”, agricultor, 73 anos.

Os outros 50% disseram não haver uma boa relação com a gestão, sendo esses resultados opostos nas duas comunidades: no Chicolomã a maioria está satisfeita com a gestão, enquanto em Glorinha apenas um entrevistado disse ser boa a relação. A principal sugestão para melhora foi no quesito informação e conversas com os moradores. Foram mencionados ainda, por apenas uma pessoa cada: mais fiscalização do avião que passa jogando defensivos, mais presença nas comunidades, menos fiscalização e também mais fiscalização em geral:

“Eu acho que mais da participação mesmo do órgão né. Conscientizando o proprietário e até quem trabalha. Eu acho que é isso que falta.”, técnico em pecuária, 22 anos.

“Eu acredito que eles deveriam agir mais como instrutores do que como fiscais. Eles são muito fiscais e pouco conscientizadores. Tipo assim tu chega aqui se tu é da FEPAM, 'ó vamo olhar tua área, tu vai ver como é importante isso'. Teria que ter uma educação para com o produtor. Porque a gente enquanto produtor não tem educação pra isso, ou seja, não foi educado pra isso. A gente só ouve falar 'ah o fulano foi multado' mas 'ah, não pode fazer isso?' Aí tu acaba parando de fazer porque tu sabe que alguém foi multado mas tu não tem uma real consciência né”, produtor rural, 39 anos.

“a conscientização acho que seria mais, uma coisa assim mais jogo aberto, não tanto impor, vem aqui e te lacram tua bomba, te dão uma multa, acho que deveria ter um trabalho maior”, técnico agrícola, 33 anos.

Ao longo da conversa, questões que haviam sido respondidas, inclusive, de maneira diferente, voltaram à tona, talvez devido a uma maior confiança na pesquisadora. Houve relatos de fogo, inclusive uma queimada um dia antes da realização das entrevistas:

“Ontem apareceu um fumaceirão, coisa mais feia, mas isso é lá no banhado, muito longe daqui”, agricultora, idade não informada.

Dizem que, mesmo com a coleta seletiva de lixo uma vez por semana, ainda há muito lixo espalhado:

“aqui nós temos moradores que largam lixo na beira do valo. Não tem capacidade de pegar o seu lixo e jogar logo ali. Isso que o caminhão passa uma vez na semana. E tem gente que acha que pode pegar um móvel velho e jogar ali no rio.”, professora, idade não informada.

“O principal problema são os pescadores que vem pescar e deixam muito lixo. (...) Precisa fazer uma campanha pra eles levarem seu lixo”, agricultor, 73 anos.

Comentam que há queima do lixo: *“O meio ambiente, a policia ambiental tem mais é que dar em cima. Multar essas pessoas. Tem pessoas que eu vejo, na própria localidade aqui o pessoal faz queimada. Ainda ontem fizeram. Mas era pra ter pego”*, aposentado, idade não informada. Esse problema também foi verificado por Silveira (2006), em trabalho na FLONA

de São Francisco de Paula, no qual afirma que “segundo o IBGE, em 2000, do total de lixo produzido na zona rural brasileira, 52,5% eram enterrados ou queimados e 32,2% jogados em terrenos baldios”.

Foi mencionada a necessidade de mais informações sobre a Unidade de Conservação: *“Seria bom se fizessem uma reunião em um local, assim, onde fosse todo o pessoal”* (aposentado, idade não informada). No entanto, houve relatos de que há muito mais informações hoje em dia e de atividades realizadas pela SEMA (Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul) na escola da comunidade Chicolomã, com palestras, limpeza do rio Chicolomã e confecção de placas (arrancadas dias depois), distribuição de materiais e, inclusive, uma visita à sede do Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos para os alunos e familiares. Também houve um relato de palestra na escola em Glorinha:

“Um dia a gente foi com a escola ali, a gente fez uma limpeza, é de apavorar. A prefeitura já colocou placas dizendo que segundo a lei não pode colocar lixo num local assim, né. Eles simplesmente arrancaram as placas e jogaram dentro do rio. Trouxeram uma das placas e colocaram na frente da casa da professora ali (...) na escola eu sei que eles foram naquele Banhado dos Pachecos né, acho que por iniciativa da secretaria do estado” professora, idade não informada.

Uma das entrevistadas (ex-diretora da escola Érico Veríssimo), que conhece a gestora da UC, relata relação de bastante proximidade da escola com a APA. Outra ação que foi mencionada como eficaz na divulgação da Unidade de Conservação, do cervo-do-pantanal e dos banhados foi o programa “Globo Repórter” exibido em junho de 2012.

De acordo com a gestão da APA do Banhado Grande, as principais ameaças à UC são o uso intensivo das áreas úmidas para atividades de irrigação, o processo erosivo no banhado Chico Lomã e no trecho canalizado do rio Gravataí, a exploração mineral de areia e carvão, a caça e a pesca. Em relação à comunidade, os principais problemas verificados foram a falta de informações sobre a UC, o uso de agrotóxicos, a caça e a pesca e queimadas eventuais. Considerando que os principais objetivos das Áreas de Proteção Ambiental são de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Brasil, 2000), duas informações apontam para o relativo cumprimento desses objetivos, ou seja, 51,7% dos entrevistados relatam aumento nas

restrições do uso da terra nesses 17 anos e 58,6% relatam maior ocorrência de fauna silvestre, o que pode estar intimamente relacionado à maior conservação dos ambientes de banhados.

Chama a atenção o número de pessoas (26,5%) que ainda não sabem da existência da UC e, principalmente, que 96,6% não sabem qual o órgão que a administra. A APA foi, em vários momentos, confundida com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí pela participação em reuniões para discutir sobre o “*Banhado do Gravataí*”. Mesmo entre os que sabem sobre a APA como Unidade de Conservação, verificamos a falta de envolvimento da comunidade nas questões que envolvem diretamente o produtor rural, a participação nas reuniões do Conselho Deliberativo, trabalhos educativos e informativos, entre outros. Esses dados demonstram a necessidade de uma intensa divulgação das Unidades de Conservação, das reuniões em locais de circulação da população (igrejas, escolas, armazéns), seguindo a recomendação de Silveira (2006), mas também de uma discussão sobre representatividade e benefícios da participação na tomada de decisões, para que mais do que informadas a respeito das reuniões, as pessoas sintam-se motivadas em participar.

As Áreas de Proteção Ambiental são comumente relacionadas a meros ordenamentos territoriais, à sua função como zona de amortecimento de Unidades de Conservação de outras categorias ou como meio de implementação de corredores ecológicos (Pádua, 2011), sendo frequentemente destacado o pouco contato direto com as comunidades existentes em seu interior, e o desconhecimento das culturas, relação com o meio ambiente e problemas próprios de cada uma (Mello, 1998). Na APA do Banhado Grande até há esse contato com algumas comunidades, como é o exemplo da Chicolomã, mas a diferença nos resultados entre as duas comunidades estudadas é marcante nesse aspecto: pelos dados levantados, há muito mais informação e presença da UC na comunidade Chicolomã do que em Glorinha, o que pode ser explicado pela maior participação da comunidade em reuniões, pelas atividades realizadas pela SEMA na escola em 2011, ou pela própria localização e composição da comunidade. Sendo assim, é necessária maior divulgação da APA nas comunidades, especialmente àquelas situadas junto aos banhados, cujas ações interferem mais diretamente na sua conservação. Além disso, entende-se que há muitas outras comunidades dentro da área que precisam ser atingidas em estudos de percepção ambiental e atividades formativas e informativas (quilombolas, grandes proprietários, comunidades urbanas, etc).

3.3.2. Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos

“Se não tiver mais árvores, se não tiver mais mata, como é que vai ficar tudo, né?”, Orfélia, 63 anos

Embora a existência da APA seja reconhecida por 65% dos assentados, a relação com o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) é muito próxima e intensa e, seguidamente, o assunto, mesmo sobre a APA, rumava para conversas sobre o REVIS e seus conflitos. Por isso, nessa seção, foram consideradas as perguntas específicas das 20 entrevistas realizadas no assentamento.

55% dos assentados já estiveram no Refúgio e 60% já participaram de reuniões referentes à UC:

“Primeiro tinha reunião lá em cima, na sede. Tinha reunião, a gente foi uma vez passear”, dona de casa, 55 anos.

“Quando eles vieram fazer uma reunião com a gente, a gente até andou ali pelos corredores do Meio Ambiente”, aposentada, 63 anos.

“Não, eu nunca fui lá, é só mato”, dona de casa, 54 anos.

Além disso, 60% consideram que o REVIS traz benefícios à comunidade. Os principais benefícios apontados foram preservação da natureza, qualidade da água e qualidade de vida (figura 8). Na categoria “outros” foram mencionados: qualidade do produto (arroz), segurança, informação para as crianças e qualidade do ar.

“Claro, benefício de vida nossa, tanto pra nossa saúde, quanto pro nosso produto. Nosso produto é valorizado. Não tanto quanto a gente queria porque a gente vende pra cooperativa e tem uma porcentagem que é bem pequena. Mas isso não se compara ao bem estar da nossa família”, técnico agrícola e agricultor, 31 anos.

“O bom seria que não existisse né, tu faria o que tu quisesse, é tua propriedade, né, mas como é uma área de preservação não pode fazer tal coisas né. Mas é bom, pelo menos o cara mora num lugar livre de agrotóxico, inseticida” agricultor, 38 anos.

“Traz assim, informação pra essa gurizada mais nova que tão crescendo aí, a questão do meio ambiente, do planeta”, agricultor, 37 anos.

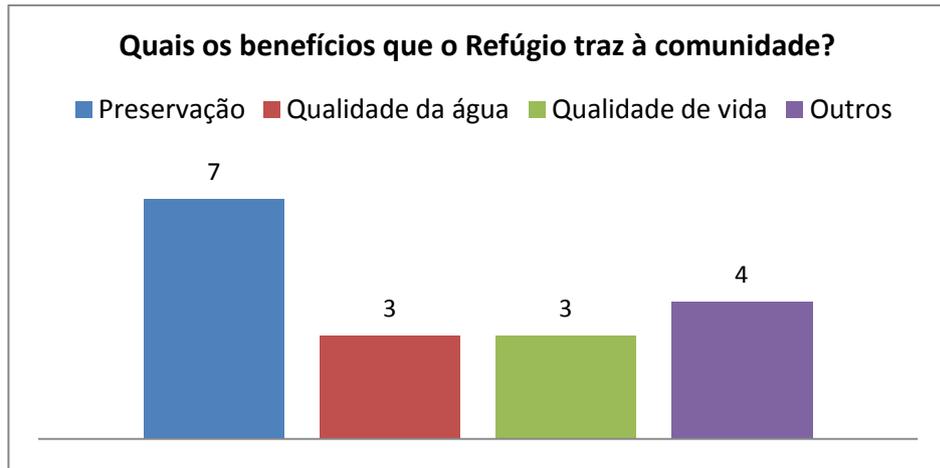


Figura 8: Benefícios que o REVIS traz à comunidade.

85% das pessoas não consideram que o Refúgio traz prejuízos à comunidade, mas as que acreditam, o fazem pelos seguintes motivos: diminuição da área de plantio, animais que comem as lavouras e conflitos quanto à entrada de gado da comunidade dentro da área do Refúgio:

“Pra mim tudo bem, mas pro pessoal que vive da colheita, que vive de coisa aqui, na minha opinião, acho que pro pessoal que vive da lavoura não favorece muito porque imagina tu planta aí os bichos vem e comem tudo, tu não pode fazer nada, né”, aposentada, 63 anos.

“Algumas desvantagens tem porque a questão de frutas e isso não pode ter, porque o bicharedo vem e come tudo, principalmente na parte seca. (...) A metade é deles, até mais”, agricultor, 37 anos.

“No nosso que a gente cultiva agricultura totalmente orgânica, não só arroz, pra nós não existe nenhuma desvantagem, a gente consegue conviver produzindo com bastante equilíbrio”, agricultor, 24 anos.

“O bicho às vezes entra pra dentro por causa de uma cerca mal feita (...) entra qualquer bichinho ali eles já me enchem o saco. Da minha parte me incomoda isso aí. Eles tinham que fechar a área deles bem fechadinha”, agricultor, 37 anos.

Aparentemente, os agricultores têm contornado algumas dessas desvantagens com iniciativas como a instalação de mecanismos na lavoura que evitam a predação: *“O problema pro arroz é as aves, mas daí eles usam umas bombinhas que explodem sozinhas e espanta*

todas. Então quer dizer, é uma coisa que não mata nenhum e assusta eles”, aposentada, 63 anos.

75% dos entrevistados consideram que a comunidade ajuda a cuidar do Refúgio, principalmente por ajudar na preservação, denunciar caça e outras irregularidades e cuidar da barragem (figura 9).



Figura 9: Cuidados que a comunidade tem com o REVIS.

“O assentamento é como uma comunidade normal, tem as pessoas que conseguem preservar e outras que não conseguem, que não dão bola pra isso, reclamam, tem outras que não”, técnico agrícola e agricultor, 31 anos.

“A comunidade ajuda muito na preservação (...) as famílias são a primeiras a comunicar caça e pesca ao gestor”, agricultor, 35 anos.

“só numa pessoa não denunciar, não ligar, já ta desrespeitando. Eu acho que é dever do cidadão tentar ajudar. Tem gente que não ta nem ai. Tem assentados que trazem pescador de fora pra pescar nos valos lá embaixo, que é ilegal.. No meu lote várias vezes já barrei pescador, e perguntava e diziam, ‘ não, mas eu sou amigo de fulano’, eu digo: essa pessoa não tem lote aqui, esse é meu e não quero ninguém estranho. (...) vá pescar no lote dele então, não no meu”, agricultor, 57 anos.

80% consideram que a relação com a gestão é boa, mas quase todos apontam necessidades de melhorias. As principais sugestões correspondem no aumento da fiscalização, especialmente nos finais de semana e maior participação na comunidade para melhorar o

diálogo, através de participação nas reuniões da comunidade e não só as do Refúgio. Comentam:

“O biólogo aí ele sabe que a gente se reúne seguido, ele devia vim aí, conversar, colocar a situação, conversar mais com o povo. Isso eu falo pra ele, converso com ele”, agricultor, 37 anos.

“Eu acho que tinha que ter os guardas trabalharem fim de semana permanente, ter mais telefone pra contato, a comunidade se interessar mais como ligar quando vê gente estranha no refugio”, agricultor, 57 anos.

“Talvez o gestor do Refúgio viesse mais pra dentro do debate com a comunidade. (...) Eles se abrem, mas pra pautas deles, entendeu?”, agricultor, 24 anos.

“Nas reunião eu nunca tive problema com eles. Eles só vem, falam o que tá acontecendo.”, aposentada, 63 anos.

Quando questionados *“Qual você considera o maior conflito que a comunidade tem com a UC?”*, metade dos entrevistados considera que há conflito com a UC, sendo que 70% estão relacionados ao uso da água. No entanto, ao longo da conversa, a problemática aparece, mesmo entre pessoas que haviam respondido que não havia conflitos, ou seja, foram mencionados, além da questão da água para o plantio, o uso recreativo de uma das barragens, o preconceito contra os assentados, a falta de diálogo, a relação com a entrada do gado no REVIS, a dificuldade em fazer uma drenagem ou limpeza dos canais, o uso de agrotóxicos pelas propriedades do entorno, a falta de conhecimento dos não assentados sobre as áreas de preservação e a falta de infra-estrutura, como por exemplo, estradas ruins e recolhimento de lixo deficitário.

“O maior conflito é o diálogo, que não tem, e eles tentar entender a posição do assentamento e das famílias assentadas. E os assentados entender a área de proteção e o que significa isso”, técnico agrícola e agricultor, 31 anos.

“Olha nossas estradas, tu já viu como tá as estradas?”, dona de casa, 54 anos.

“A gente não pode queimar, esses dias aí eu ainda botei fogo num lixinho, eu quis botar num lixinho pequeno mas me descuidei e se alastrou o fogo, menina levei um susto. Tem recolhimento de lixo, a gente sabe que não pode, não deve fazer”, aposentada, 63 anos.

“É proibido, a gente sabe que é proibido, mas tem um caminhão que demora às vezes um mês ou mais, é proibido queimar, mas a gente vai botar onde?”, agricultor, 37 anos.

“Atualmente tá muito em briga esse açude porque esse açude quando nós viemos pra cá era nosso e agora eles querem deixar pro Meio Ambiente né. (...) Eles brigam muito por causa dessa lagoa aí, desse açude. Porque esse açude na verdade o povo daqui usa muito como veraneio. Domingo eles vão pra beira, tomam banho, fazem piquenique. Tá proibido, claro, fazer fogo. Teve uma época que nós mesmo limpava, dava pra enxergar o fundo. Então fica essa brigalhada.”, aposentada, 63 anos.

“Nossa água não tem veneno, mas lá do outro lado nas fazendas eles não são proibidos de usarem veneno, então eles colocam. Tava dando problema porque tava dando uma misturada, tava indo água poluída com veneno pro rio, mas não era nossa. É um problema grave os outros poderem usar”, aposentada, 63 anos.

“Aqui o nosso problema é que vem muita gente de fora, vem pescar, vem caçar. Esse Meio Ambiente aí pra nós não funciona, ele funciona pro pessoal da rua, mas pra nós aqui dentro não funciona. Porque se nós pegar o caniço e for pescar eles vêm mas se vim um estranho lá não sei da onde caçar ou pescar ou fazer horrores parece que não acontece nada (...) eles conversam, mandam os caras embora aí na semana seguinte eles vem de novo”, dona de casa, 54 anos.

“Tem um pessoal que passa de avião aí, tem uma fazenda do outro lado que vive passando veneno de avião. E nós aqui que semo pequeno não tem como bancar eles aí nós se ferremo. Tu imagina, nós plantemo ecológico numa área aqui dentro do Banhado dos Pachecos e dentro da área de preservação do Grande Banhado e o pessoal com veneno de avião por tudo”, agricultor, 37 anos.

“Eles prejudicam a produção nossa porque eles interrompem o ciclo das águas. (...) A unidade de conservação tá nos barrando a limpeza dos canais pra que a gente consiga fazer essa drenagem”, agricultor, 24 anos.

A relação Refúgio/Assentamento é bem diferente do verificado na APA, os entrevistados sabem da existência da UC e ela se faz presente no dia-a-dia da comunidade, seja pelos carros do “meio ambiente” circulando, seja pelas restrições impostas pela existência da UC de Proteção Integral.

As principais ameaças ao Refúgio segundo a SEMA são o crescimento urbano em Águas Claras, a falta de saneamento dessa comunidade, ocorrência de fogo, invasão de espécies exóticas (principalmente de flora, mas também cachorro) e caça e pesca eventuais. Conforme apontado pela comunidade nesse estudo, o principal ponto de conflito envolve o uso da água pela irrigação, limpeza dos canais e uso recreativo da barragem. Durante as entrevistas foram citadas a falta de diálogo e participação da SEMA na comunidade, falta de fiscalização, uso de agrotóxico no entorno, preconceito contra o assentado e a falta de conhecimento dos não- assentados sobre a área protegida. Apesar disso, houve relatos de que a relação vem melhorando ao longo do tempo:

“Hoje a gente tá participando mais dentro do conselho né, e tipo o assentamento vendo os limitantes, a área de preservação, a gente conhecendo as divisas né (...) hoje a gente tá conseguindo se entender mais, definir aqui é a área de proteção e aqui é a área de produção”, agricultor, 35 anos.

“O pessoal quando chegou aqui não tinha muito essa consciência né, porque tu se delimitar com uma área de proteção na qual nós não pudesse interferir né. A Unidade aos poucos ela foi conseguindo criar uma certa relação com a comunidade e as famílias hoje conseguem criar essa diferença, qual é seu espaço, qual é seu limite (...) de forma consciente de que tem que ter a preservação”, agricultor, 24 anos.

Uma possível explicação para que o uso da água tenha sido tão mencionado é o rompimento do canal Águas Claras, que passa pelo Refúgio e pelo Assentamento, em 2014. Segundo informações dos próprios assentados², esse canal é diretamente responsável por irrigar a produção de arroz de 100 famílias, que não puderam plantar na safra de 2014/2015. Por se tratar de Unidade de Proteção Integral, e não ser permitida a entrada de máquinas para intervenções artificiais, não foi autorizado o trabalho de recuperação do canal, e essa água passou a fluir diretamente para a barragem. Devido à impossibilidade de conserto do canal e diante da necessidade de levar a água para essas áreas, os assentados conseguiram financiamento para a construção de uma tubulação que “refaça” o caminho percorrido pelo canal dentro do assentamento, trazendo água da barragem para essas áreas de arroz. Muitas das famílias que não puderam plantar estão diretamente envolvidas com a obra. No entanto, ainda há certo ressentimento, uma vez que o financiamento não foi total e, além disso, o

² cabe salientar que não foram ouvidos todos os envolvidos na questão, consta aqui a apenas transcrição de relatos feitos por assentados durante a realização desse trabalho

bombeamento de água vai trazer custos de manutenção, principalmente de energia elétrica, que será dividido entre as famílias envolvidas com o arroz, aumentando os custos de produção.

“Esse ano 100 famílias ficaram sem a renda de produção porque o Meio Ambiente não deixou limpar o canal, claro é dentro da APP mas eles não deixaram porque é lei, nós tivemos que entender e essas famílias ficaram sem renda nenhuma. Agora nós conseguimos por vias nossas fazer um financiamento pra fazer um levante pra trazer a água.”, técnico agrícola e agricultor, 31 anos.

As histórias do assentamento, APA e Refúgio são marcadas por conflitos. A criação do assentamento é um deles, mencionado por um entrevistado: *“O assentamento foi colocado num lugar que não era pra ter sido colocado. Aqui não era pra ter sido assentamento, isso aqui deveria ser uma área de preservação toda ela”* (técnico agrícola e agricultor, 31 anos). Essa situação foi apontada por Preiss (2012) que explica que em 1998 o INCRA encomendou um estudo para a UFRGS sobre a viabilidade da implantação de um assentamento na área da então fazenda Santa Fé. Esse relatório apontou que um assentamento seria a “opção menos adequada”. Mesmo assim, em 14 de dezembro de 1998 foi criado o Assentamento Filhos de Sepé, cuja ocupação apresentou uma série de restrições para as famílias, muitas não acostumadas a esse tipo de ambiente com áreas alagadas, cultivo de arroz irrigado e restrições ambientais, ou seja, proibição do corte de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP), caça ou captura de animais, fogo ou queimadas, uso não autorizado ou desperdício de água e uso de agrotóxicos ou transgênicos (Preiss, 2012). Isso foi exemplificado pelo entrevistado: *“Leis ambientais muito recentes, famílias ainda não entendem, porque não são de banhado e foram colocadas naquela área. (...) Isso não era pra ser assentamento: uma porque as famílias ficam muito longe da área de produção e as famílias não são desse tipo de produção, plantam feijão plantam milho e aqui é arroz”* (técnico agrícola e agricultor, 31 anos).

Em 2002 foi criado o Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos, com o objetivo de proteção dos ecossistemas e exemplares da flora e fauna silvestres, principalmente aqueles relacionados aos banhados, conservação das nascentes, realização de pesquisas científicas e educação ambiental (Rio Grande do Sul, 2002). Com isso, foram ampliadas ainda mais as negociações sobre o uso da água e de agrotóxicos (Preiss, 2012): *“Quando eu fui acampar eu já tinha decidido não trabalhar mais com veneno. Parei de trabalhar na granja.*

Eu plantava arroz e soja. (...) nunca me fez mal mas eu não queria mais. É muito veneno né. (...) Aqui tá melhor, apesar dos problemas, tá melhor. Só não é fácil porque a produção da gente é baixa em função de ser orgânica. Tem menos despesa mas é baixa” (agricultor, 57 anos).

Desse modo, pode-se dizer que a criação das duas UC e do assentamento ocorreu de forma praticamente simultânea, o que faz com que a comunidade do assentamento tenha as áreas de proteção como muito presentes no cotidiano, desde o início. Durante a pesquisa, observou-se que a comunidade refere-se ao assentamento como área de proteção, não existindo, muitas vezes, um limite claro entre as duas áreas. 70% dos assentados disseram que a área protegida situa-se “*aqui*”, no assentamento mesmo, ou que é “*tudo protegido*”. Isso foi verificado também no trabalho de Preiss (2012), que diz que os assentados revelam afetividade, relevância, satisfação e até mesmo orgulho por habitarem próximos a UC, e que não há essa percepção clara de limites.

Em uma entrevista foi mencionado o caso ocorrido em 2008, em que foi apreendido o equivalente a 1240 hectares de arroz, sob justificativa de excesso de área plantada, plantio sem projeto, uso de agrotóxicos, arrendamento das terras e não encaminhamento da certidão de produção orgânica (Preiss, 2012). Por causa disso, 40 famílias foram retiradas do assentamento, abrindo lote para a chegada de novas famílias e também mudanças internas que direcionaram a produção do assentamento para a certificação orgânica: “*Recolheram acusando que o arroz tinha veneno. Foi pra análise tudo e não tinha veneno nada. Até hoje não recebemos esse dinheiro*”, aposentada, 63 anos.

Silveira (2006) afirma que uma das etapas no desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental é o reconhecimento da importância das UC para a comunidade. Aparentemente, na relação da comunidade com o Refúgio essa informação já está bem mais clara do que no início, quando da criação do assentamento e das UC. O Refúgio já faz parte da vida do assentado e há uma consciência quanto ao seu cuidado e os assentados realizam as tarefas de limpeza e fiscalização:

“Eu entro ali, antes eu limpava ali, eu tirava esses lixaredo da beirada e levava lá pro fundão porque fica tão feio... Mas aí eles pediram pra mim não limpar mais, só deixar porque às vezes os cachorros trazem lixo. Eles pediram pra eu tirar os plásticos.”, aposentada, 63 anos.

A relação com a gestão também parece ter melhorado, mas ainda tensiona quando há conflito de interesses, principalmente relacionados ao uso dos recursos naturais. O Assentamento tem representatividade em ambos os conselhos: tanto na APA, quanto no Refúgio, bem como no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Quem participa dessas reuniões são as lideranças, e a comunidade em geral ainda aparenta ter certa distância e, muitas vezes, desconhecer os benefícios da UC. *“Pro assentamento em si, sei lá qual o benefício direto, mas é um grande benefício nós ter dentro uma área de preservação”* (agricultor, 35 anos). Houve relatos de visitas ao Refúgio organizadas pela SEMA e pelo Conselho do assentamento, na qual a adesão da comunidade foi bastante baixa, por deficiências internas de comunicação e divulgação da atividade. Há uma aproximação, mas é necessário um esforço de ambas as partes para afinar ainda mais a relação SEMA-Assentamento.

3.4. Discussão

Segundo Roy (1997) apud Slveira (2006), a hostilidade das populações quanto às UC pode se dar quatro razões: a) estabelecimento de proibições de usos sem políticas de promoção econômica da área que compense aos habitantes as limitações; b) falta de confiança na administração; c) atitudes excessivamente técnicas ou pouco pedagógicas e d) dificuldade das próprias populações, em geral de baixo nível cultural, em perceber vantagens da UC. Quanto ao primeiro item, foram mencionados vários cursos oferecidos no assentamento sobre produção orgânica, e também suporte técnico aos agricultores do assentamento. No caso da APA, não foram verificadas grandes proibições que cheguem a afetar tanto os produtores. Quanto ao segundo item, a população demonstrou ter respeito para com os gestores, apesar de necessária uma maior aproximação. No terceiro item, reforça-se a necessidade de mais atividades de informação e educação ambiental, principalmente na relação com a APA. No último item, aparentemente, as comunidades parecem já reconhecer um pouco mais a importância das UC, apesar dos conflitos, mas há necessidade de reforçar essas informações para que a própria comunidade haja como “guardiã da biodiversidade”.

De maneira geral, embora 65% dos assentados já tenha ouvido falar na APA, as perguntas sobre a APA nessa localidade desviavam para o assunto Refúgio. Por isso, muitas vezes foi necessário reconduzir as perguntas, explicitando a diferença entre as duas UC. A partir do segundo campo, foi levado um mapa impresso com o desenho das duas UC de forma a diferenciá-las. No entanto, a impressão é que as especificidades de cada uma ainda não estão

suficientemente compreendidas. Por outro lado, o fato de 82,8% dos agricultores de Glorinha e Santo Antônio não conhecerem o Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos e apenas 55,2% já terem ouvido falar no cervo-do-pantanal demonstra que cada comunidade parece ter uma relação próxima apenas com o seu banhado, sabem seu nome e onde se localiza, falam sobre ele. Sugere-se salientar entre a comunidade a relação entre os banhados, sua interdependência, espécies que desse habitat dependem e as consequências da fragmentação da conectividade entre eles, explicando inclusive a importância de corredores ecológicos, já que, afinal, a APA foi criada para preservar o conjunto dos banhados e não cada um em separado. Muitas vezes a Unidade de Conservação sozinha não é capaz de comportar uma população mínima viável de algumas espécies (Sammarco, 2006), como é o caso do Refúgio de Vida Silvestre em relação ao cervo-do-pantanal, apesar da pouca informação que se tem sobre a espécie. É necessário ampliar no Assentamento a relação com a APA e os seus outros banhados e, nas demais áreas, salientar a existência de UC de Proteção Integral no Banhado dos Pachecos, do cervo, e a importância dos demais banhados e, impreterivelmente, dos corredores ecológicos para proteção dessa e outras espécies.

Alguns pontos ainda são necessários para estreitar a relação APA- comunidade. Segundo Brito (1995) apud Mello (1998), os objetivos de conservação são mais facilmente atingidos se as pessoas têm alguma contribuição no planejamento e ficam responsáveis pelo manejo. A comunidade local precisa ser envolvida, ao invés de somente cumprir com um planejamento feito pelas autoridades. No Refugio parece já ocorrer um pouco disso, através do cuidado que os assentados dizem ter com a UC e, principalmente, as denúncias feitas quando há alguma irregularidade. Na APA, essa característica não aparece de forma tão clara. Algumas formas de proporcionar isso podem ser ampliando a visão do pertencimento daquelas comunidades à Unidade de Conservação e, principalmente, a visualização dos benefícios que a proteção dos ecossistemas traz a elas, incentivando ao máximo a participação nos conselhos deliberativo (da APA) e consultivo (do Refúgio) e envolvendo as comunidades mais diretamente na elaboração dos Planos de Manejo.

Sobre os conselhos, eles são regulamentados por lei e hoje, talvez, o maior exemplo de participação popular na gestão das Unidades de Conservação. No entanto, o que se observa é que as formas de incorporar os moradores tradicionais no planejamento e implantação das UC, na maioria das vezes, visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações que vivem nas UC (Diegues, 2008). No caso dos Conselhos da APA e do Refúgio, embora haja

vagas para a comunidade, ficam dúvidas sobre a efetiva participação, assim como não está clara qual a relação que os conselheiros têm com as comunidades que representam, e se as decisões e opiniões chegam de fato à população, especialmente os agricultores. Por isso, é extremamente necessária, além de uma divulgação massiva das datas e locais de reuniões, a realização junto às comunidades de ações ou oficinas que abordem a temática da representatividade, do significado e importância de ser um representante dentro das próprias comunidades (Silveira, 2006). No entanto, entende-se que a questão da participação é por demais complexa e não se pretende uma avaliação ou uma análise aprofundada do tema nesse trabalho. Um ponto positivo é que a APA já possui reuniões itinerantes do Conselho Deliberativo entre os quatro municípios componentes da UC, o que tende a aumentar a divulgação e a participação popular.

Sobre os Planos de Manejo, as duas UC estão em fase de elaboração desse documento e, inclusive, uma das reuniões assistidas tratou exclusivamente desse assunto. Sem dúvida, uma das maneiras de participação mais efetiva da população é pela elaboração do plano de manejo, que deve também proporcionar as condições para a aquisição de conhecimentos e habilidades e o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva das populações, na gestão dos recursos ambientais e na concepção e aplicação das decisões que afetam a qualidade dos meios físico, biótico e sócio-cultural (Silveira, 2006). Diegues (2008), por sua vez, salienta que, na prática, muito raramente os planos de manejo das áreas protegidas incorporam conhecimentos e manejos tradicionais. No caso da APA BG e do Refúgio, a inclusão das comunidades na sua elaboração já é mencionada pelos gestores. No entanto, por serem questões extremamente técnicas, cabe o questionamento: que tipo de participação está sendo oferecida às comunidades lindeiras? Para isso, podem ser realizadas oficinas de formação e de elaboração participativa do plano de manejo, realizadas nas próprias comunidades, incluindo as famílias diretamente na elaboração do plano de manejo e capacitando-as para a tomada de decisões a respeito das Unidades de Conservação, já que a reunião girou em torno de discussões técnicas principalmente entre os biólogos e ambientalistas, quanto às espécies encontradas e ao tipo de manejo desejado para a área do Refúgio, na qual as populações geralmente têm pouca chance e até interesse de se manifestar.

Sammarco (2005) salienta que os valores de apropriação, pertencer ou não, são muito importantes no desenvolvimento de projetos sócio-ambientais e ainda, segundo Silveira (2006), uma etapa fundamental de um programa de Educação Ambiental é o reconhecimento da importância da UC para a comunidade. Nesse ponto, é importante que seja estimulada a

pesquisa sobre a história da UC, para registro da memória e valorização dela. Como estratégias, tem-se o apelo a questões relativas à proteção da fauna, especialmente as espécies mais carismáticas e mais conhecidas, como mamíferos e aves, e também o uso de mapas e fotografias para o reconhecimento do local, além de visitas às UC e divulgação de material informativo.

Outro ponto importante a se considerar são as possíveis parcerias com Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), escolas, prefeituras, entre outros. É claro que a APA não pode ser responsável por todas as ações formativas, informativas e de fiscalização, em virtude dos problemas que acometem a gestão pública de um modo geral, sendo a falta de recursos (humanos e financeiros) o principal. Por isso, é fundamental essa divisão de tarefas. Segundo Diegues (2008), a própria ciência pode contribuir para aumentar as desigualdades sociais. Para que isso não ocorra, é fundamental incentivar a realização de pesquisas biológicas e segundo Silveira (2006), agregar em suas pesquisas a busca de alternativas para solucionar problemas socioambientais. No entanto, igualmente importante, é compartilhar esse dado entre os pesquisadores, gestores, e principalmente, com a própria comunidade, preferencialmente promovendo encontros entre os pesquisadores e a própria população para divulgação e, mais do que isso, discussão das pesquisas e compartilhamento do conhecimento (Silveira, 2006). Uma curiosidade a respeito disso é que na entrega dos materiais ao final desse trabalho, as escolas se interessaram e se propuseram a trabalhar a temática das Unidades de Conservação e os alunos se mostraram bastante interessados, principalmente, nas fotos de animais e no mapa que apareciam no folheto. Foi o suficiente para iniciarem a contar “causos” das capivaras e tuco-tucos. Professores também lembram com carinho de uma época que foi desenvolvida, por pesquisadores da UFRGS, uma pesquisa e um trabalho sobre os tuco-tucos na região, com participação da escola. Além disso, uma professora mostrou-se muito orgulhosa porque foi convidada a ceder sua casa por uma semana para pesquisadores realizarem um trabalho de campo no banhado.

Finalmente, embora o Assentamento Filhos de Sepé não seja o foco principal desse trabalho, foram mencionados conflitos com Refúgio de Vida Silvestre. Por isso, é necessária a reflexão: será possível conciliar os interesses ambientais, econômicos e sociais para que não seja criada a falsa dualidade movimentos sociais X ambientalismo? Segundo um entrevistado, “o conceito da Reforma Agrária é a conservação do meio ambiente” (técnico agrícola e agricultor, 31 anos). Entende-se que, ao longo de todos esses anos de convivência assentamento-UC, os envolvidos demonstram um grande esforço para que a relação seja a

melhor possível. Nesse caso, não devemos interpretar a existência de conflitos como simplesmente uma incompatibilidade entre proteção da natureza e produção rural, sem considerar o histórico de criação das áreas, ou seja, a divisão de uma única terra para dois grupos que reivindicavam o acesso a ela para diferentes fins: ambientalistas, através da criação de uma Unidade de Conservação (cujo objetivo óbvio é a proteção da natureza), e o assentamento de pessoas com necessidade de extraírem seu sustento da terra, justamente na mesma área, uma antiga fazenda com um modelo produtivo que desfavorecia tanto o meio ambiente quanto a ideia de reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados nesse trabalho, pôde-se concluir que os principais problemas verificados pela comunidade acerca da APA do Banhado grande são a falta de informações sobre a UC, o uso de agrotóxicos, caça, pesca e queimadas eventuais. Quanto ao Refúgio, o principal ponto de conflito é envolvendo o uso da água, seja para irrigação da lavoura, limpeza de canais e uso recreativo, além da falta de diálogo, falta de fiscalização e uso de agrotóxicos no entorno. Recomenda-se que esses temas sejam discutidos em reuniões dos respectivos conselhos, com vistas à busca de soluções, e também que essas questões sejam incluídas no plano de manejo das Unidades de Conservação.

Tanto a APA quanto o Refúgio, passam por um momento excepcional para a inclusão das comunidades na tomada de decisões: a elaboração dos planos de manejo. Devem ser realizadas oficinas de elaboração participativa do plano, através de resgate histórico da região, entendimento dos benefícios que a UC traz à comunidade, incentivo à participação nos conselhos e na tomada de decisões. Faz-se importante também a manutenção das reuniões itinerantes do Conselho, além da divulgação massiva das datas e locais, para que cada vez mais as comunidades possam apropriar-se desse espaço de discussão.

Também se sugere fortemente que haja um trabalho direcionado à compreensão da importância de todos os banhados do Complexo Banhado Grande para a preservação da natureza, com todos os seus atributos associados, valorizando a presença de fauna ameaçada, como o tuco-tuco e o cervo-do-pantanal. Essas atividades podem ser realizadas na mesma oficina de elaboração do plano de manejo nas comunidades.

Por fim, entende-se que a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande é muito grande e compreende públicos e atividades diversos, portanto, esse trabalho não pode ser considerado como um raio-X da APA em si, mas sim de uma pequena amostra da comunidade residente no interior da UC. Há muitas outras comunidades dentro da área que precisam ser atingidas em estudos de percepção ambiental e atividades formativas e informativas (quilombolas, grandes proprietários, comunidades urbanas, etc), lembrando que a APA compreende também o município de Gravataí. A partir dos relatos, participação e ações das UC nas escolas locais apresentam um alcance considerável na comunidade e são lembradas pela comunidade até hoje, sendo, portanto, um excelente método de atingir a população.

“A recuperação do planeta ou daquilo que nos sobre dele implica na denúncia da impunidade do dinheiro e da liberdade humana. A ecologia neutra, que mais se parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde a comida sadia, a água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles. Chico Mendes, trabalhador da borracha, tombou assassinado em fins de 1988, na Amazônia brasileira, por acreditar no que acreditava: que a militância ecológica não pode divorciar-se da luta social. Chico acreditava que a floresta amazônica não será salva enquanto não se fizer uma reforma agrária no Brasil. Cinco anos depois do crime, os bispos brasileiros denunciaram que mais de 100 trabalhadores rurais morrem assassinados, a cada ano, na luta pela terra, e calcularam que quatro milhões de camponeses sem trabalho vão às cidades deixando as plantações do interior. Adaptando as cifras de cada país, a declaração dos bispos retrata toda a América Latina. As grandes cidades latino-americanas, inchadas até arrebentarem pela incessante invasão de exilados do campo, são uma catástrofe ecológica: uma catástrofe que não se pode entender nem alterar dentro dos limites da ecologia, surda ante o clamor social e cega ante o compromisso político.”

Eduardo Galeano

Referências Bibliográficas:

- AAFISE- Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé. *Contextualização do Processo de Gestão das Águas do assentamento Filhos de Sepé*. Viamão, 2014.
- ANDRADE, H. J.; SOUZA, M. A.; BROCHIER, J. I. Representação Social da Educação Ambiental e da Educação em Saúde em Universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 1, p. 43-50. 2004.
- BAPTISTA, C. P. *O uso e a percepção ambiental de áreas úmidas por uma população ribeirinha na região da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari- Antas, Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jul. 2000.
- BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2001. Institui o Plano Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 abr. 2006.
- BRASIL, 1980. Instrução Especial INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980.
- BEZERRA, S. A. S.; DA SILVA, P. M. O.; DE SOUZA, S. S.; COUTEIRO, L. F. L.; MARI, M. L. G.; SANTOS, R. M. S. Rebio Uatumã: percepção ambiental dos moradores da Vila de Balbina, Presidente Figueiredo, AM. In: I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Em: Anais do... CD-ROM. p. 1-9. 2010.
- BURGER, M. I. Situação e ações prioritárias para conservação de banhados e áreas úmidas da Zona Costeira. Porto Alegre: Museu de Ciências Naturais, Fundação Zoobotânica do RS. 2000.
- CABRAL, M. M. M., VENTICINQUE, E. M. & ROSAS, F. C. W. 2013. Percepção dos Ribeirinhos com Relação ao Desempenho e à Gestão de duas Categorias Distintas de Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira. *Biodiversidade Brasileira*, vol. 4, n.1, p.199-210, 2014.
- CARDOSO, D. *Recursos Naturais, Unidades de Conservação e conflitos socioambientais: estudo de caso da Reserva Biológica da Mata Escura no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais*. Dissertação Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CARVALHO, A. B. & OZORIO, C. P. Avaliação sobre os banhados do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista de Ciências Ambientais*, Canoas, v.1, n.2, p.83-95, 2007.
- COLLOT, M. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. *Boletim da Geografia Teórica*, Rio Claro, v.20, n.39, p.21-32. 1990.
- DIEGUES, A. C. S. O mito Moderno da Natureza Intocada. 6ªed. rev. amp. São Paulo: Hucitec, 198 p. 2008.

FLEURY, L. C. *Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás*. Dissertação Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 220 p. 2008.

GURGEL, H. C.; HARGRAVE, J.; FRANÇA, F.; HOLMES, R. M.; RICARTE, F. M.; DIAS, B. F. S.; RODRIGUES, C. G. O.; BRITTO, M. C. W. Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, C. W. A. (ed.) *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA). Brasil, vol.3, 2009, p. 109-119.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). *Guidelines for Protected Area Management Categories*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 1994.

JENKINS, C.; JOPPA, L. Expansion of the global terrestrial protected area system. *Biological Conservation*, v. 142, n. 10, 2009.

LINO, C.F. Apresentação. In: *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000.

MALTCHIK, L. *Áreas úmidas: importância, inventários e classificação*. Ed. São Leopoldo: Unisinos, 79p. 2003.

MARINELLI, C.E.; CREADO, E.S.J.; LEUZINGER, M.; IRVING, M.; WEIGAND JR., R.; MORA, S.A. & CAMARGO, Y.R. *Avaliação de impactos sociais de áreas protegidas no Brasil: caminhos e desafios*. Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB. 69p. 2011

MAZZOTI, T. B. *Representação Social de ‘problema ambiental’: uma contribuição à educação ambiental*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 78, n. 188/189/190, p. 86-123. 1997.

MEDEIROS, R. *Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Ambiente e Sociedade*. Vol. IX, nº. 1. 2006.

MELLO, L. P. *Percepção da paisagem e conservação ambiental no Banhado Grande do Rio Gravataí, RS*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

MELO, N. A. *Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO) : análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

NOGUEIRA, F. S. *Conflitos em Áreas de Conservação Ambiental: o caso de Caravelas e do Parque Nacional marinho dos Abrolhos, Bahia*. Dissertação Mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PÁDUA, M. T. J. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (org.) *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA, 2011, p. 21-36.

PREISS, P. V. *Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz do Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão*. Dissertação de Mestrado Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 38.971, de 23 de outubro de 1998. Cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 41.559, de 24 de abril de 2002 Cria o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos e dá outras providências.

RODRIGUES, D. B. *A constituição da identidade de agricultores e agricultoras: um olhar sobre os livros didáticos*. Trabalho de Conclusão. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011.

RODRIGUES, S. C. 2004. *Estudo comparativo da estrutura da comunidade fitoplanctônica na foz dos rios formadores do Delta do Jacuí, Rio Grande do Sul, Brasil*. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAMMARCO, Y. M. 2005. *Percepções sócio-ambientais em Unidades de conservação: O jardim de Lillith?*- Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, L. P. *Agricultura Familiar e Perfil Profissional dos Moradores da Localidade Capão Grande no município de Glorinha, RS*. Trabalho de Conclusão, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Santo Antônio da Patrulha, 2011.

SILVEIRA, C. F. B. 2006. *A relação entre a Floresta Nacional de São Francisco de Paula e sua população associada: Uma perspectiva polissêmica*. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVERMAN, D. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SORRENTINO, M. 2011. *Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta*. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2011.- 5 ed. São Paulo, ed. Cortez.

SOUSA, N. O. M.; SANTOS, F. R. P.; SALGADO, M. A. S.; ARAÚJO, F. F. S. Dez anos de história: avanços e desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (org.). *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA, 2011, p. 7-20.

TULL, D. S. & HAWKINS, D. 1987. *Marketing Research: Measurement & Method*. London: Mcmillan.

Anexos: 1) Termo de Consentimento



Instituto de Biociências

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ aceito participar de entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Beatriz Barros Aydos, bolsista do Projeto de Extensão intitulado “*Educação Ambiental para a Conservação e Gestão de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí/RS*”, registrado na PROEXT sob o número **22902** e sob a coordenação da professora Dra. Teresinha Guerra.

Declaro ter sido devidamente informada (o) dos objetivos das entrevistas, das metodologias e dinâmicas que foram empregadas durante a pesquisa e dos possíveis desdobramentos da mesma.

Local e data: _____

RG: _____

Teresinha Guerra (pesquisadora)

Assinatura (pesquisado/a)

2) Questionário APA:

Dados pessoais:

Nome: _____ Idade: _____
 Profissão: _____
 Vive há quanto tempo aqui? _____ Tamanho estimado da terra: _____
 Filhos: _____ Escola que frequentam: _____

- 1) Você sabe o que são Áreas Protegidas? sim não
 2) Você sabe o que são Unidades de Conservação? sim não
 3) Você já ouviu falar de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente ou Corredores Ecológicos? sim não
 4) De quem é a responsabilidade de proteger a natureza?
 de todos do governo das ONGs
 5) Qual a importância das Unidades de Conservação?
 Conservação da Flora Conservação da Fauna
 Conservação das Águas Lazer Paisagem Caça
 Madeira Qualidade de vida
 outros:
 6) E quais desvantagens elas podem apresentar?
 Obstáculo para urbanização Não poder plantar Não poder caçar
 Não poder entrar Multas Obstáculo para desenvolvimento
 outros:
 7) Existe alguma UC no seu município? sim não não sei
 Qual/ quais? (Importante: anotar nomes exatos)

(Se não) Você já ouviu falar na Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande?
 sim não

Se sim (APA): 7.1) Onde ela se localiza? aqui no banhado outro: _____

7.2) Você já participou de alguma reunião do Conselho? sim não
 E outras reuniões comunitárias? Onde?

7.3) Você sabe quais são os usos permitidos/ proibidos no interior dessa UC?

- Entrada de pessoas permitido proibido não sei
- Moradias permitido proibido não sei
- Caça permitido proibido não sei
- Extração de madeira permitido proibido não sei
- Agricultura permitido proibido não sei
- Uso de defensivos permitido proibido não sei
- Desvio de curso d'água permitido proibido não sei
- Atividades industriais permitido proibido não sei
- Atividades de Educação Ambiental ao ar livre
- Queimas
- outros:

7.4) A UC é gerenciada por quem?

Prefeitura estado país Igreja SEMA ONG não sei

7.5) Em sua opinião, existe uma boa relação dos gestores da Unidade de Conservação junto às comunidades (conversas, reuniões, contatos, etc)? sim não

7.6) O que você acha necessário para melhorar essa relação?

8) O que você acha de viver numa área de proteção?

9) Você notou alguma diferença, de 1998 pra cá (criação da APA)?

- Aumento de animais sim não não residia aqui
- Maior qualidade da água sim não não residia aqui
- aumento na disponibilidade de água
- Mais restrições no uso da terra sim não não residia aqui
- Mais fiscalização/multas sim não não residia aqui
- Outros: _____

10) Tem alguma entidade ambiental do Governo que visita a comunidade regularmente?
O que eles fazem na comunidade?

Sim, para multar sim, para conversar Não outros:

11) Você sabe onde se localiza o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos?
Porto Alegre Viamão Canoas Cachoeirinha Alvorada
Gravataí Glorinha Santo Antônio da Patrulha Taquara nenhum
desses não sei

12) Você já ouviu falar do cervo-do-pantanal? sim não

3) Questionário Assentamento

Dados pessoais:

Nome: _____ Idade: _____
 Profissão: _____
 Vive há quanto tempo aqui? _____ Cidade de origem: _____
 Tamanho estimado da terra: _____
 Filhos: _____ Escola que frequentam: _____

- 13) Você sabe o que são Áreas Protegidas? sim não
 14) Você sabe o que são Unidades de Conservação? sim não
 15) Você já ouviu falar de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente ou Corredores Ecológicos? sim não
 16) De quem é a responsabilidade de proteger a natureza?
 de todos do governo das ONGs

17) Qual a importância de proteger a natureza em Unidades de Conservação?
 Conservação da Flora Conservação da Fauna Conservação das Águas Lazer
 Paisagem Caça Madeira Qualidade de vida outros:

18) E quais desvantagens elas podem apresentar?
 Obstáculo para urbanização Não poder plantar Não poder caçar
 Não poder entrar Multas Obstáculo para desenvolvimento outros:

19) Existe alguma UC no seu município? sim não não sei
 Qual/quais? (Importante: anotar nomes exatos)
 Onde ela(s) se localiza(m)? aqui no banhado outro: _____

Sobre o Refúgio:

8) Você já esteve no Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos? sim não

9) Você já participou de alguma reunião do Conselho? sim não
 E outras reuniões comunitárias? Onde?

9) Você acha que o Refúgio favorece/ traz benefícios para a comunidade? sim não

Quais são? Infraestrutura Informação Beleza Preservação
 Auxílio Comunitário qualidade de vida qualidade do ar qualidade da água
 outros:

10) Você acredita que o Refúgio traz algum prejuízo ao modo de vida da comunidade?
 sim não
 Por quê?

11) Quais são os maiores conflitos que a comunidade tem com a Reserva?

12) Você acha que a comunidade ajuda ou prejudica o Refúgio de alguma maneira?

() ajuda () prejudica () nenhum dos dois
Como?

13) Em sua opinião, existe uma boa relação dos gestores da Unidade de Conservação junto às comunidades (conversas, reuniões, contatos, etc)? () sim () não

14) O que você acha necessário para melhorar essa relação?

15) Você já ouviu falar do cervo-do-pantanal? () sim () não

Sobre a APA:

16) Você sabia que além do Refúgio, existe outra Unidade de Conservação, a APA do Banhado Grande? (mostrar mapa)

Se sim:

17) Você já participou de alguma reunião do Conselho? () sim () não

18) Você sabe quais são os usos permitidos/ proibidos no interior dessa UC?

- Entrada de pessoas () permitido () proibido () não sei
- Moradias () permitido () proibido () não sei
- Caça () permitido () proibido () não sei
- Extração de madeira () permitido () proibido () não sei
- Agricultura () permitido () proibido () não sei
- Uso de defensivos () permitido () proibido () não sei
- Desvio de curso d'água () permitido () proibido () não sei
- Atividades industriais () permitido () proibido () não sei
- Atividades de Educação Ambiental ao ar livre () permitido () proibido () não sei
- Queimas () permitido () proibido () não sei
- () outros:

19) A APA é gerenciada por quem?

() Prefeitura () estado () país () Igreja () SEMA () ONG () não sei

20) Em sua opinião, existe uma boa relação dos gestores da Unidade de Conservação junto às comunidades (conversas, reuniões, contatos, etc)? () sim () não

21) O que você acha necessário para melhorar essa relação?

22) Tem alguma entidade ambiental do Governo que visita a comunidade regularmente? O que eles fazem na comunidade?

() Sim, para multar () sim, para conversar () Não () outros:

23) O que você acha de morar aqui, em contato com duas áreas protegidas, em comparação à sua vida antes?